

RAFAEL BEZERRA DE LIMA

ADVÉRBIOS FOCALIZADORES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

MACEIÓ - 2006

RAFAEL BEZERRA DE LIMA

ADVÉRBIOS FOCALIZADORES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL como pré-requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA DENILDA MOURA

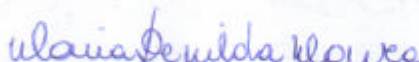
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

NOVEMBRO – 2006
MACEIÓ - ALAGOAS

EXAME DE DISSERTAÇÃO

LIMA, R. B. de. **Advérbios Focalizadores no Português Brasileiro**. 2006. Dissertação de mestrado em Lingüística. Maceió, UFAL, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Dra. Maria Denilda Moura
Departamento de Lingüística, UFAL

Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria
Departamento de Lingüística, UFAL



Prof. Dra. Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante
Departamento de Métodos, Técnicas e Ensino
Centro de Educação (Cedu) - UFAL

Esta pesquisa foi financiada por um

bolso CAPES

Maceió,
Novembro de 2006

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

L732a Lima, Rafael Bezerra de.
Advérbios focalizadores no português brasileiro / Rafael Bezerra de Lima. –
Maceió, 2006.
128 f. : il.

Orientador: Maria Denilda Moura.
Dissertação (mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de
Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística.
Maceió, 2006.

Bibliografia: f. 122-128

1. Língua portuguesa – Brasil. 2. Língua portuguesa –Advérbio. 3. Sintaxe.
I. Título.

CDU: 806.90(81)-27

Esta pesquisa foi financiada por uma
bolsa CAPES.

"Um bom começo é a metade"

- *Aristóteles*

Aos meus queridos pais **Vera Lúcia B. de Lima e Cícero Fernandes de Lima**, pela paciência, pelos ensinamentos e pelo incentivo, que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Aos meus queridos amigos **Adelson Pinheiro Sedrins e Marcelo Amorim Sibaldo**, que sem eles nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, fonte inesgotável de força nos momentos mais difíceis.

A minha querida orientadora DENILDA MOURA, pelo incentivo, paciência, discussões teóricas, confiança e, sobretudo, pela seriedade e ética com que conduz suas atividades acadêmicas, sempre será, para mim, referência de competência e performance.

A ADEILSON SEDRINS e MARCELO SIBALDO, pelo companheirismo, discussões teóricas, (im)paciência, alegrias e tristezas através dos longos anos de nossa vida acadêmica, uma vez que fazemos parte de uma mesma história.

Aos lingüistas GUGLIELMO CINQUE, LISA TRAVIS, McCONNEL-GINET, MANUELA GONZAGA, IAN ROBERTS, pelo material bibliográfico a mim concedido, bem como pelos momentos de discussões.

A SÉRGIO MENUZZI, pelo olhar cuidadoso com que revisou, questionou, sugeriu e corrigiu esta dissertação em seu exame de qualificação, sempre com muita seriedade e serenidade.

A NÚBIA BAKKER, pelas aulas na graduação e pós-graduação, que serviram de incentivo para continuarmos na pesquisa lingüística, sempre nos direcionando a uma visão multidimensional dos fatos lingüísticos, pelas correções e sugestões a esta dissertação.

A ALDIR SANTOS, pelas correções e sugestões, que foram acatadas durante o período de qualificação desta dissertação, bem como suas aulas na pós-graduação, que me ajudaram bastante a refletir sobre meu objeto de análise.

A EMANUELLE CAMILA, pela paciência, carinho, incentivo, força, confiança, dedicação, que foram fundamentais para que eu pudesse chegar aqui. É incomensurável meu carinho por ela, precisarei de outra vida para retribuí-la completamente.

A CLÁUDIA TAVARES, MÍRIAN CERQUEIRA, JAIR FARIAS, DANNIEL SILVA e DOROTHY BEZERRA, pela amizade, discussões teóricas, incentivo, materiais bibliográficos e, sobretudo, pela cumplicidade conquistada durante anos de convivência acadêmica.

Aos meus irmãos KELLISON LIMA e KESIANE LIMA, pela amizade eterna, confiança, carinho, paciência, incentivo, força, compreensão, testes de gramaticalidade e pelos momentos felizes, únicos traços computáveis em nossas vidas.

Aos meus amigos do Programa de Educação Tutorial (PET), por ser o local onde tudo começou.

A todos os meus amigos que, durante esse tempo de graduação e pós-graduação, me acompanharam e me ofereceram apoio em todos os momentos.

Aos funcionários da biblioteca e da secretaria da Pós-Graduação, pela paciência e cordialidade com que sempre me atenderam.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal discorrer sobre os advérbios focalizadores no português brasileiro (doravante PB), verificando seu comportamento sintático, uma vez que esse tipo de advérbio toma como escopo elementos como sintagmas nominais, sintagmas preposicionais, entre outros, ou seja, categorias que não são tradicionalmente classificadas como passíveis de serem modificados por advérbios. Para tanto, lançamos mão dos pressupostos da Teoria Gerativa (1995) para um embasamento na análise dos dados, bem como do seu aparato metodológico. Procuro defender a hipótese de que os advérbios devam ser separados em dois grandes grupos Advérbios Verdadeiros (AV) e Pseudo-Advérbios (PA), levando em consideração fatores morfossintáticos. Assim, entre os AV, estão os advérbios focalizadores que possuem a terminação em *-mente*. No decorrer da análise, verificamos que há duas hipóteses para o comportamento sintático desses advérbios, uma faz alusão às restrições sintático-semânticas que alguns advérbios possuem, favorecendo assim a uma divisão entre eles, e a outra prediz que alguns desse tipo de advérbio possuem um domínio adjacente ao elemento que modifica, formando assim um complexo. Para a análise dos dados, recorro a minha intuição de falante nativo do PB, como também aos testes de gramaticalidade. Em suma, é imperativo pontuar que as hipóteses aqui lançadas foram confirmadas, haja vista que os indícios apontaram para tal resultado.

ABSTRACT

This MA thesis has as main goal to discourse on the focus adverbs in the Brazilian Portuguese (henceforth PB) and to verify their syntactic behavior, since that kind of adverb has as scope elements like nominal phrases, prepositional phrases, among other, i. e., categories that are not traditionally classified as susceptible to they be modified by adverbs. For so much, we adopt the Generative Theory framework (1995) for base in the analysis of data, as well as of its methodological apparatus. I try to defend the hypothesis that adverbs should be separate in two big groups Advérbios Verdadeiros (AV) and Pseudo-Advérbios (PA), considering morph-syntactic factors. Then, among AVs, there are focus adverbs that possess the termination in *-mente*. In elapsing of the analysis, we verified that there are two hypotheses for the syntactic behavior of those adverbs: one refers to the syntactic-semantics restrictions that some adverbs possess, favoring to a division among them, and other predicts that some of that adverb type possesses a domain adjacent to the element that modifies, forming a complex. For the analysis of data, I run over my intuition of native speaker of PB, as well as to the grammatical tests. In highest, it is imperative to punctuate that our hypotheses here were confirmed, because the indications followed this result.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

| | |
|--|----|
| 1.1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE..... | 12 |
| 1.2. ESTRUTURA DO TRABALHO..... | 14 |

CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

| | |
|---|----|
| 2.1. INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 2.2. O EMPREENDIMENTO GERATIVISTA..... | 16 |
| 2.2.1. Os pressupostos norteadores..... | 16 |
| 2.2.2. A aquisição de linguagem..... | 19 |
| 2.2.3. Motivações empíricas para o estudo da linguagem..... | 20 |
| 2.3 O PROGRAMA MINIMALISTA: CONSIDERAÇÕES GERAIS..... | 21 |
| 2.3.1. A estrutura da frase no MP..... | 27 |
| 2.3.2. A operação <i>Merge</i> | 28 |
| 2.3.3. A checagem de traços..... | 30 |
| 2.3.4. Recentes concepções em torno de um Modelo Minimalista..... | 32 |
| 2.4 O APARATO METODOLÓGICO..... | 34 |

CAPÍTULO 3: O LUGAR DO ADVÉRBIO NA TEORIA GERATIVA

| | |
|---|----|
| 3.1. INTRODUÇÃO..... | 35 |
| 3.2. A PROPOSTA DE JACKENDOFF (1972): DESDE A CATEGORIA <i>ADV</i> ATÉ SUA CLASSIFICAÇÃO..... | 36 |
| 3.2.1. A aparente livre distribuição dos advérbios..... | 37 |
| 3.2.1.1. Função e comportamento sintático..... | 37 |
| 3.2.1.2. Uma proposta de classificação dos advérbios..... | 39 |
| 3.3. RESTRIÇÕES DE CO-OCORRÊNCIA ENTRE OS ADVÉRBIOS..... | 47 |
| 3.4. SOBRE O LICENCIAMENTO DOS ADVÉRBIOS..... | 51 |
| 3.4.1. O advérbio enquanto núcleo..... | 53 |
| 3.4.2. O advérbio enquanto <i>Spec</i> | 62 |
| 3.4.2.1 A seqüência relativa dos advérbios..... | 62 |
| 3.4.2.2. A hierarquia universal das projeções funcionais: uma proposta de ordenamento..... | 65 |

| | |
|--|----|
| dos advérbios (CINQUE, 1999)..... | |
| 3.4.2.3. Uma proposta de reestruturação do modelo X-barras e o critério-Adv (LAENZLINGER, 1993, 1998)..... | 68 |
| 3.4.2.3.1 Para uma tipologia dos advérbios..... | 71 |
| 3.4.2.3.2 Problemas..... | 73 |
| 3.4.3. O advérbio enquanto complemento..... | 79 |
| 3.4.4. O advérbio enquanto adjunto..... | 85 |
| 3.5. CONCLUSÃO..... | 90 |

CAPÍTULO 4: SOBRE AS CARACTERÍSTICAS MORFOSSINTÁTICAS DO ADVÉRBIO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

| | |
|--|-----|
| 4.1. INTRODUÇÃO..... | 92 |
| 4.2. A TRADIÇÃO GRAMATICAL E OS ADVÉRBIOS..... | 93 |
| 4.2.1. O problema da definição..... | 93 |
| 4.2.2. O problema da classificação..... | 96 |
| 4.3. A ESTRUTURA INTERNA DOS ADVÉRBIOS..... | 100 |
| 4.4.1. Advérbios verdadeiros <i>versus</i> Pseudo-advérbios..... | 100 |
| 4.3.2. Advérbios focalizadores no PB: uma análise sintático-semântica..... | 105 |
| 4.3.2.1. Advérbios focalizadores e uma proposta de classificação..... | 105 |

| | |
|----------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 115 |
|----------------------------------|------------|

| | |
|-----------------------------|------------|
| PRÓXIMOS PASSOS..... | 118 |
|-----------------------------|------------|

| | |
|-------------------------|------------|
| REFERÊNCIAS..... | 122 |
|-------------------------|------------|

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Não é fato inédito afirmar que os advérbios não têm ponto pacífico de discussão na literatura gerativista, tendo em vista que, de certa maneira, os advérbios fogem a algumas restrições sintáticas, uma delas é a de que “se espera que os advérbios ocorram nas orações na “ordem direta”, ou seja, depois dos termos integrantes do predicado” (cf. ILARI et al, 1996, p. 65). Farias (2005, p. 123) acrescenta ainda que “É sobejamente conhecido que as preposições, como também os advérbios, constituem um campo de investigação quase inexplorado no âmbito da Gramática Gerativa”, principalmente no que tange ao português brasileiro (doravante PB).

“O advérbio é o mais complicado, e talvez, também, a mais interessante classe de palavras. Entretanto, pesquisas passadas em torno do processamento de línguas naturais não têm levado sua questão a sério”, como afirmam Conlon & Evens (1992, p. 23). Porém, faz-se necessário pontuar que há diversos lingüistas que têm feito importantes trabalhos sobre os advérbios, (cf. cap. 3).

O problema em que se configura a classe de palavras *advérbio*, não é restrito somente às abordagens sintáticas. Os advérbios provocam efervescentes discussões em outros níveis de análise lingüística. Segundo o semanticista Chierchia (2003, p. 526), “é evidente que a modificação adverbial constitui um fenômeno não só central mas também multifacetado no interior da gramática de uma língua. Muitos aspectos deste fenômeno permanecem misteriosos”¹. Por sua vez, Chomsky (1965, p. 219) conclui que “Adverbials are a rich and as

¹ É pertinente destacar aqui que realizar pesquisa sintática sobre advérbios sem levar em consideração suas características semânticas é praticamente impossível, tendo em vista que o advérbio pode alterar seu sentido em relação à sua posição na frase. (ver caps. 3 e 4).

yet relatively unexplored system, and therefore anything we say about them must be regarded as quite tentative”.

Um aspecto pouco explorado tem a ver com a estruturação interna do advérbio, ou seja, muito pouco se tem realizado, em termos de pesquisa, no que se refere ao seu aspecto morfológico. Talvez poderíamos pensar que se tratando de uma classe de palavras cuja forma é invariável, segundo as concepções oriundas das GTs, quase nada poderia ser discutido. Entretanto, neste trabalho, procuraremos tecer algumas observações sobre o aspecto morfossintático do advérbio.

Partindo do que foi exposto, este trabalho busca tecer algumas considerações sobre o aspecto sintático dos advérbios focalizadores no PB, uma vez que é escasso o número de pesquisas que adotam essa problemática. No que se refere ao objeto de estudo e a organização geral da dissertação, apresenta-las-emos nas seções subseqüentes.

1.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

Como pudemos observar na seção anterior, o advérbio provoca muitos desafios a diversos níveis de análise lingüística, entre eles a sintaxe, em que os pilares teóricos deste trabalho estão fincados. Entretanto, não é possível dar conta de todos os fatores que regem e restringem o comportamento sintático dos advérbios em uma determinada língua, sabendo ainda que não há somente um tipo de advérbio (ver cap. 4).

Com base nisso, nosso trabalho tomará como objeto de análise os advérbios focalizadores, haja vista que esse tipo de advérbio foi excluído da proposta de Laenzlinger (1998), em que esse autor oferece uma organização tipológica dos advérbios. Por essa razão, Laenzlinger afirma que esse tipo de advérbio toma como escopo categorias variadas não só adjetivo, advérbio e verbo, mas também PPs e NPs, provocando, assim, uma área de

instabilidade na classe dos advérbios. É exatamente nesse campo de tensão que nosso trabalho se instaura.

Sabendo-se que as GTs argumentam claramente que os advérbios são modificadores de adjetivo, verbo e o próprio advérbio, os focalizadores representam uma contra-argumentação, como nos mostram os exemplos abaixo:

- (1) a) *Unicamente* o Rafael tinha comprado o carro na loja.
 b) O Rafael tinha *unicamente* comprado o carro na loja
 c) O Rafael tinha comprado *unicamente* o carro na loja.
 d) O Rafael tinha comprado o carro *unicamente* na loja.
- (2) a) **Aproximadamente* ele tinha chegado 4:00 horas.
 b) *Ele tinha *aproximadamente* chegado 4:00 horas. (sem pausa)
 c) Ele tinha chegado *aproximadamente* 4:00 horas.

Como vemos nos exemplos acima, alguns advérbios focalizadores possuem uma ordem bastante flexível, pois consegue percorrer toda a sentença, como mostra (1). Assim, em (1a), o advérbio *unicamente* tem como escopo o DP *o Rafael*, em (1b) o verbo *comprado*, e em (1d) o PP *na loja*. Por outro lado, percebemos que mesmo sendo um focalizador, *aproximadamente* encontra restrições quanto a sua posição na sentença, como em (2).

Partindo, então, desse pressuposto, arrolamos duas hipóteses para nortear o nosso trabalho, a saber: deve haver uma divisão entre os advérbios focalizadores, de modo que explique a agramaticalidade de (2); e é provável que essa divisão pode ter como base aspectos semânticos. Assim sendo, confrontamos diversos contextos estruturais em que esses advérbios ocorrem, com a finalidade de apresentar a ordem dos focalizadores no PB.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

A primeira etapa dessa dissertação, que constitui o presente trabalho, procura ater-se aos aspectos sintáticos mais gerais sobre os estudos envolvendo advérbios, cujas correntes de análise estão embasadas nos preceitos da Teoria Gerativa. Outros aspectos sobre os advérbios também são abordados nessa fase, a saber, como se configura sua estrutura interna. Assim, encontra-se o trabalho dividido em 5 capítulos, que serão detalhados a seguir.

No capítulo 2, apresentamos o quadro teórico adotado, Programa Minimalista (cf. CHOMSKY, 1995), para embasar as análises aqui propostas. Discorreremos, por essa razão, sobre os pontos norteadores que regem o gerativismo bem como a engrenagem teórico-metodológica que fornece ferramentas para a análise lingüística.

No capítulo 3, apresentamos uma revisão da literatura, ou seja, elencamos os principais trabalhos que tomam como objeto de estudo o comportamento sintático dos advérbios. Uma das propostas pioneiras e que fornece um excelente ponto de partida é o de Jackendoff (1972). É tanto que diversos lingüistas adotam sua proposta de classificação dos advérbios como fonte de pesquisa.

Uma das grandes discussões até hoje não definida na literatura sobre os advérbios faz menção ao seu licenciamento em uma sentença, isto é, como o advérbio garante sua presença na frase? Quais os mecanismos de análise que oferecem ao advérbio possibilidade de inserção em uma estrutura lingüística?

Assim, quatro tipos de abordagens são levantados e discutidos, a saber, o advérbio enquanto núcleo, o advérbio sendo licenciado enquanto complemento, o advérbio enquanto Spec e o advérbio licenciado como adjunto. Essa discussão é extremamente importante para o que será apresentado nos próximos capítulos, tendo em vista que precisaremos definir qual o melhor método de conceber o advérbio em uma estrutura.

Como forma de delimitar nosso objeto de estudo, preferimos defender a hipótese de que há dois grandes grupos de advérbios: os advérbios verdadeiros (AV) e os pseudo-advérbios (PA). Os AVs são aqueles advérbios que possuem estrutura morfológica diferenciada e regular, ou seja, são aqueles que possuem o sufixo *-mente* em sua estrutura interna, enquanto que os PAs são irregulares, possuindo, por essa razão diversas formas.

Partindo desse pressuposto, iniciamos no capítulo 4, uma discussão sobre o aspecto morfológico dos advérbios, como forma de argumentar em favor de uma explicação que sustente a hipótese de que existem AVs e PAs, e que essa diferença em sua estrutura interna irá ter reflexos em seu aspecto sintático. Antes, porém, é realizada uma breve discussão sobre a tentativa de classificação e definição dos advérbios pelas GTs.

Logo após esta etapa, é iniciada efetivamente uma investigação sobre a estrutura interna dos AVs, tomando como ponto de partida a análise feita por Oliveira (1996). Uma questão que se faz presente nesse capítulo é o fato de na literatura gerativista o advérbio não encontrar lugar definido entre as categorias lexicais, como propõe Chomsky (1970, 1973). Para ele, tais categorias são organizadas através de uma combinação lógica de valores (+ ou -) a dois traços distintivos fundamentais [N] e [V], obtendo nesse entrelace apenas quatro categorias: Nome, Verbo, Preposição e Adjetivo.

Em seguida, iniciamos uma discussão acerca do comportamento sintático dos advérbios focalizadores no PB, comparando diversas estruturas sintáticas a fim de obtermos uma classificação que contemple as possibilidades de ocorrência e ordem dessa classe de advérbios.

Por fim, no capítulo 5, tecemos as considerações finais desse trabalho, bem como apresentamos os pontos norteadores para um trabalho futuro, haja vista que o que se pretende realizar aqui é apenas uma pequena parte em relação ao que pode ser feito, em termos de análise linguística, sobre os advérbios no PB.

CAPÍTULO 2

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está amparado pelos princípios que regem a Teoria Gerativa, mais especificamente em seus modelos teóricos mais recentes, (cf. CHOMSKY, 1995, 1998, 1999, 2004). O quadro teórico aqui adotado tem como objetivo principal fornecer mecanismos de análise sobre a sintaxe do advérbio no português brasileiro, bem como embasar teoricamente quaisquer tentativas de explicação sobre tal fenômeno.

Partindo desse pressuposto, procuraremos apresentar, nesse capítulo, de maneira sucinta, as concepções básicas e o aparato metodológico dessa teoria. Como ponto de partida, mostraremos o grande avanço da teoria sintática nos estudos sobre as línguas naturais. Em seguida, faremos uma breve explanação sobre o modelo do Programa Minimalista (cf. CHOMSKY, 1995), no qual esse trabalho encontra respaldo teórico, e também sobre os trabalhos recentemente desenvolvidos (cf. CHOMSKY, 2004).

2.2 O EMPREENDIMENTO GERATIVISTA

2.2.1 Os pressupostos norteadores

No decorrer da História humana, muitas foram as tentativas de descrever, apresentar, ou até mesmo, explicar os mistérios que envolvem o ser, a mente e o universo. É bem verdade que algumas dessas tentativas tiveram sucesso, enquanto que outras fracassaram. Entretanto,

toda e qualquer tentativa de explicar os fenômenos, sejam eles de qualquer natureza, é inteiramente válida, tendo em vista que proporciona um ponto de partida para outras possíveis análises. É a essa tentativa de descrever/explicar os fenômenos que chamamos de *Ciência*.

As grandes descobertas científicas ilustram a capacidade de o homem compreender o mundo a sua volta. Desde a antiguidade clássica, já havia a inquietação humana em torno da indagação intrinsecamente teórica: O porquê de ser? Esse questionamento sugere que a ciência não deve caminhar dissociada da filosofia, tendo em vista que o objetivo daquela é tentar responder as indagações levantadas por esta. O que se percebe, no entanto, é que nem todas as perguntas que a ciência propõe-se a responder têm um cunho filosófico, há também aquelas que são empiricamente motivadas, é o que veremos mais adiante.

Uma das áreas que a ciência moderna se ocupa hoje é a da linguagem humana. De todas as tentativas teóricas de se analisar os fenômenos das línguas¹, o presente trabalho escolhe o modelo teórico que toma a língua como um sistema de conhecimentos interiorizado na mente humana, (cf. CHOMSKY, 1959), e não como algo que é adquirido através de recursos externos, tais como estímulos provocados com a finalidade de obter respostas previamente esperadas, nos termos de Skinner.²

Levando-se em consideração que adotamos uma linha de análise que toma a linguagem como algo inato, devemos apontar algumas considerações sobre o complexo que envolve o corpo e a mente. Com base nisso, de maneira sucinta e sem aprofundamento científico, podemos conceber o corpo humano como objeto físico constituído por substâncias

¹ Língua aqui é definida nos termos de Chomsky (cf. RAPOSO, 1992) e como se apresenta da literatura gerativista, ou seja, é um sistema de conhecimento mental, e não um conjunto de objetos abstratos (frases ou expressões) determinado por esse sistema. Assim sendo, o termo *língua* é sinônimo de *gramática* (interiorizada) ou de competência. Chomsky (1986) utiliza o termo técnico (língua-I), de *língua interiorizada*, opondo-se a (língua-E), de *língua exteriorizada*, que se refere ao conjunto de frases e expressões determinadas pela língua-I. A partir disso, o objeto de estudo da gramática gerativa é a língua-I. (cf. RAPOSO, 1992, p. 27).

² Segundo os defensores dessa posição, a linguagem é essencialmente uma questão de *aprendizagem*, no sentido específico de aquisição pela mente, através de práticas adequadas, de um sistema exterior a ela. Segundo o psicólogo B. F. Skinner, por exemplo, a aquisição de uma língua consiste fundamentalmente numa aprendizagem de hábitos de *comportamento verbal* através de processos de observações, memorização, generalização indutiva, associação, etc. (grifos do autor) (cf. RAPOSO, 1992, p.35).

materiais, i.e, podemos vê-lo, tocá-lo, pesá-lo etc. Em contrapartida, é concebida a mente como algo imaterial, que não pode ser, por essa razão, tocada, medida ou pesada, diferentemente do cérebro, que é algo concreto, sujeito, inclusive, à análise microscópica. De igual modo, podemos alargar essa definição à língua humana como sendo algo extremamente abstrato.

Com base na assunção de que a linguagem humana encontra-se na mente/cérebro do indivíduo, Chomsky (1986) levanta três questões cruciais sobre o conhecimento da língua.

- (i) O que constitui o conhecimento da língua?
- (ii) Como é adquirido o conhecimento da língua?
- (iii) Como é usado o conhecimento da língua?

A primeira questão tem como resposta uma gramática particular, ou seja, uma teoria que se ocupa do estado da mente/cérebro do indivíduo que conhece uma língua particular. Por sua vez, a resposta à questão em (ii) é dada por uma especificação da **Gramática Universal** (GU) e pela consideração dos meios através dos quais os seus princípios interagem com a experiência, de modo a darem origem a uma língua particular. A GU é concebida como uma teoria do “estado inicial” da faculdade da linguagem. Por fim, a resposta à terceira indagação seria uma teoria acerca do modo como o conhecimento da língua atingido interfere na expressão do pensamento e na compreensão das amostras de língua que nos são apresentadas e, por consequência, na comunicação e noutros usos especiais da língua, (cf. CHOMSKY, 1986 [1994]).

A gramática gerativa limita-se a considerar certos elementos desta problemática. O seu ponto de referência é o da psicologia individual. Diz respeito aos aspectos da forma e do significado que são determinados pela **Faculdade da Linguagem** (FL), que deve ser

entendida como uma componente particular da mente humana. Para Chomsky (2004), a FL é o estudo que toma como objeto de investigação uma propriedade interna das pessoas, um subcomponente do cérebro que é dedicado especificamente à linguagem.

2.2.2 A aquisição de linguagem

Como pudemos verificar na seção anterior, a indagação apresentada em (ii) obteve como resposta a formulação de uma GU presente no estágio inicial da FL. Entretanto, quais são os mecanismos que configuram essa GU? O que caracteriza o estágio inicial? Esses são alguns dos questionamentos presentes na teoria gerativista³; pois, uma vez concebido que a linguagem tem lugar na mente/cérebro do indivíduo, deve-se, por essa razão, explicar como é que esse sistema de conhecimento se desenvolve na mente do falante, pelo critério da **adequação explicativa**⁴.

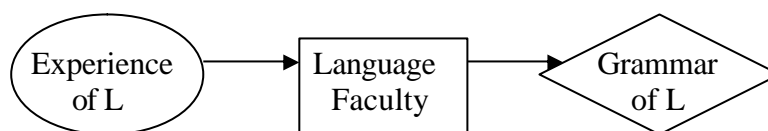
A criança no processo de aquisição de linguagem (AL) observará as pessoas ao seu redor usando determinada língua, e o conjunto de expressões da língua que a criança ouve, e o contexto em que eles usam. O curso desse processo constitui a *experiência lingüística da criança*. Essa experiência serve como um *input* para a faculdade da linguagem da criança, possibilitando-lhe um procedimento subconsciente que analisa a experiência de tal modo que toma como legado uma *gramática* da língua que está sendo adquirida. (cf. RADFORD, 1999, p. 8). Assim sendo, o *input* é a experiência processada pela FL durante a AL, enquanto que o *output* da FL é a gramática da língua que está sendo adquirida.

A forma como Chomsky visualiza o processo da AL pode ser esquematicamente representado com em (1), onde *L* é a língua sendo adquirida (cf. RADFORD, 1999, p. 8):

³ Para Raposo (1992, p. 34), é a questão da aquisição da linguagem, que foi, e continua a ser, uma das questões mais debatidas na história do pensamento filosófico e lingüístico ocidental [...].

⁴ No início, a gramática gerativa teve de fazer face a dois problemas imediatos: encontrar um modo de dar conta dos fenômenos das línguas particulares (a *adequação descritiva*), e explicar como é que o conhecimento desses fatos surge na mente do falante-ouvinte (a *adequação explicativa*). (cf. CHOMSKY 1995 [1999], p. 41)

(1)



A hipótese de que o curso da AL é determinado por uma FL inata é conhecida como a *Hipótese Inatista*. Por essa razão, Chomsky mantém a idéia de que a AL é uma atividade única do ser humano, e diferente de qualquer outro tipo de aprendizagem a que ele seja submetido. Para corroborar esse fato, Chomsky (1972, p. 102) *apud* Radford (1999) afirma que:

Whatever evidence we do have seems to me to support the view that the ability to acquire and use language is a species-specific human capacity, that there are very deep and restrictive principles that determine the nature of human language and are rooted in the specific character of the human mind.

Voltando à questão da GU, podemos afirmar que deve ser vista como uma caracterização da FL geneticamente determinada. Pode-se encarar esta faculdade como esse “mecanismo de aquisição da linguagem”, uma componente inata da mente humana que origina uma língua particular pela interação com a experiência vivida, ou ainda como um mecanismo que converte a experiência num sistema de conhecimento atingido: conhecimento de uma ou de outra língua. (cf. CHOMSKY 1986 [1994], p. 22-23).

2.2.3 Motivações empíricas para o estudo da linguagem

Ao iniciarmos este capítulo, afirmamos que as ciências, de maneira geral, valem-se de questionamentos filosóficos, bem como motivações empíricas, como forma de embasar seus construtos teóricos. Como pudemos observar, os questionamentos de base epistemológica

foram brevemente discutidas nas seções anteriores. Restaria, no entanto, apresentar as indagações empíricas que servem como molas propulsoras para o avanço das ciências.

Ao se tratar de linguagem humana, parece óbvio afirmar que nosso objeto empírico é a língua. Partindo disso, temos que procurar explicar fenômenos que estejam ligados a esse objeto. Sabendo dos fundamentos epistemológicos já levantados pela gramática gerativa nas seções anteriores, nosso trabalho pretende no decorrer dos próximos capítulos abordar alguns problemas apresentados pelos dados empíricos que esse objeto de estudo oferece, como o comportamento sintático dos advérbios no PB.

Para uma teoria que busca explicar os fenômenos das línguas naturais sob o prisma da sintaxe, o advérbio constitui-se um desafio extremamente interessante para estabelecer ou explicar sua ordem em uma determinada língua, no caso específico o português brasileiro.

Partindo desse pressuposto, buscaremos lançar mão da Teoria Gerativa em seus modelos mais recentes para oferecer suporte teórico e metodológico de análise. Por essa razão, uma breve explanação do modelo minimalista encontra-se na seção seguinte.

2.3 O PROGRAMA MINIMALISTA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como bem frisa Raposo (1995, p. 15-16), o Programa Minimalista (doravante MP)⁵ não é um novo quadro teórico da gramática gerativa-transformacional, no sentido em que o modelo P&P (do inglês *Principles and Parameters*), ou a Teoria Standard Alargada, ou até mesmo a Teoria Standard o são. Assim, o MP não substitui o modelo P&P. Pelo contrário, o modelo MP assenta crucialmente no modelo P&P, e parte dele para propor algumas questões novas que não poderiam ser concebidas fora desse modelo. É sabido também que um dos

⁵ Do inglês *Minimalist Program*.

objetivos do MP é o de proporcionar um enxugamento de diversas abordagens do modelo P&P.

Tendo em vista que o presente trabalho busca subsídios teóricos nos modelos mais recentes da Teoria Gerativa (cf. CHOMSKY, 1995, 1998, 1999, 2004), faz-se necessário apresentar brevemente a engrenagem metodológica, bem como as concepções teóricas do modelo em discussão.

O MP tenta incorporar naturalidade conceptual tais como simplicidade, economia, simetria e tenta, também, acabar com as redundâncias. Como conseqüência disso, muito do aparato técnico no P&P é rejeitado. Um dos exemplos são os quatros níveis de representação no P&P, nomeados D-Structure, S-Structure, LF e PF⁶, substituídos por somente dois níveis, a saber, LF e PF. Sob o prisma das assunções minimalistas, LF e PF são virtualmente uma necessidade conceitual, pois se parte do pressuposto de que a língua é composta de sons e significados, por essa razão, os sons e significados têm que ser interpretados e produzidos.

Chomsky (1995) assume que PF é o nível de interface em que o som é interpretado como informação a ser lançado para o sistema **articulatório-perceptual** (A-P system)⁷ e que LF, por sua vez, é o nível de interface cujo som é interpretado como informação a ser lançada para o sistema **conceitual-intencional** (C-I system)⁸. Assim o que se precisa levar em consideração, de acordo com Chomsky, é a interface PF e a interface LF.

Assim sendo, uma língua particular L deve prover instruções para ser entendida nesses dois níveis de interfaces (A-P & C-I), então L tem que ser entendida como um sistema que constrói pares (p, ?) interpretados nas interfaces já mencionadas. Uma simples expressão é no máximo um par desse tipo, significando, então, que não há outros níveis além da **Forma Fonética (PF) e Forma Lógica (LF)**⁹.

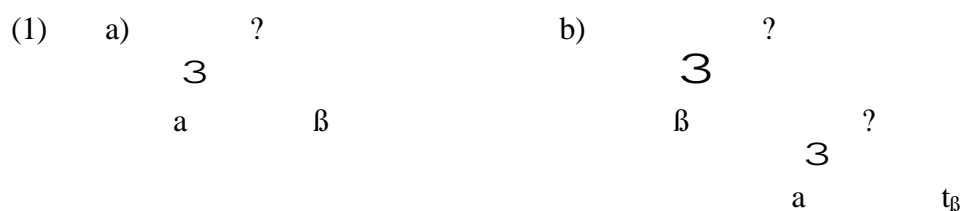
⁶ Do inglês *Deep Structure, Surface Structure, Logical Form e Phonetic Form*.

⁷ Do inglês *articulatory-perceptual system*.

⁸ Do inglês *conceptual-intensional system*.

⁹ Do inglês *Phonetic Form e Logical Form*.

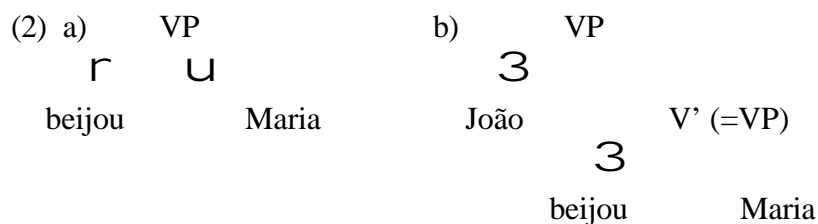
Uma característica que faz o minimalismo diferir do P&P é em relação à teoria X-barra. Em P&P, a Teoria X-barra foi afirmada como sendo um dos mais importantes princípios universais da língua humana. Em contrapartida, sob a luz do minimalismo, somente *Merge* e *Move*, que serão brevemente abordadas nas seções (2.3.2 e 2.3.3), são propostas como as duas operações elementares de construção das estruturas lingüísticas, no lugar, evidentemente, da Teoria X-barra e de Mova-a Assim, intuitivamente poderíamos afirmar que concatenação de dois elementos (*Merge*) e o movimento de um elemento para uma outra posição são operações mínimas que qualquer língua deveria seguir. Considere-se o que se segue abaixo:



Como podemos perceber, (1a) mostra a operação *Merge*, apresentando que *a* e *β* têm que ser combinados de forma que resultam a categoria *?*. (1b) mostra *Move*, operação pela qual *β* é elevado à posição sob *K*, deixando, por essa razão, o traço *t_β* na posição de origem.

As duas operações acima descritas serão abordadas e colocadas em discussão no próximo capítulo, haja vista que não é pacífico afirmar que o advérbio insere-se numa estrutura lingüística pela operação *Merge*, ou ainda que depois de inserido ele possa movimentar-se na frase, por restrições morfológicas, e que tem a ver com os traços que as categorias carregam desde o léxico. Adger (2004) propõe que o advérbio é inserido numa sentença não pela operação *Merge*, mas sim pela operação *Adjoin* (ver o cap. 3, seção 3.4.4)), em que realizamos uma análise sobre as abordagens que tomam o advérbio enquanto adjunto.

Ainda sob o prisma minimalista, todas as categorias de nível intermediário, tais como: N', V' e A', perdem sua significação teórica, tendo em vista que X' é considerado como uma notação relacional, que é, por isso, invisível à computação lingüística. Como ilustração, verifique (2) abaixo:



De acordo com os exemplos acima, percebe-se que o rótulo de (2a) é VP. Entretanto, o mesmo VP é agora V' em (2b), porque não é mínima nem máxima. Em outras palavras, qualquer categoria que não seja nem mínima (X⁰) nem máxima (XP), é chamada de X' e sua categoria medial é, de acordo com Chomsky (1995), não é visível ao sistema computacional. Este tipo de inovação está de acordo com o espírito minimalista de excluir qualquer representação redundante do sistema.

Um outro aspecto que diferencia o MP de P&P é que aquele modelo avalia **derivações** ao invés de **gramáticas**. Isto é, P&P tenta avaliar e selecionar a gramática que observa a adequação explanatória entre várias gramáticas possíveis, enquanto que no MP o que está em competição são as derivações, e uma, dentre elas, é escolhida. Assim, o critério que as seleciona deve ser o menos custoso possível.

No que se refere às diferentes estruturas entre línguas naturais, P&P alegava haver **princípios**, que eram concepções rígidas para todas as línguas, e **parâmetros**, que deveriam ser marcados positivamente ou negativamente nas línguas. Por exemplo, a ordem das palavras diferencia o inglês do japonês, justamente pelo parâmetro do núcleo. Ou seja, enquanto no

inglês o parâmetro núcleo-inicial é marcado positivamente, no japonês é marcado negativamente.

Diferente do que prevê P&P, o MP considera a diferença na ordem das palavras baseada em traços, que estão divididos entre fracos e fortes de uma determinada categoria funcional. Então, com base nos exemplos em (3) e (4), considere-se uma das diferenças entre o inglês e o francês:

(3) a) John *often* kisses Mary.

b) *John kisses *often* Mary.

“O João frequentemente beija Maria”.

(4) a) *Jean *souvent* embrasse Marie.

b) Jean embrasse *souvent* Marie.

“O João beija frequentemente Maria”.

(cf. POLLOCK, 1989)

Em inglês, os advérbios precedem os verbos principais, enquanto que em francês eles seguem os verbos principais. Para o minimalismo, essas frases seriam analisadas da seguinte maneira¹⁰: em inglês o traço V do tempo (T) é fraco e então não há movimento visível do verbo ao núcleo da categoria funcional TP. Por essa razão, o verbo *kisses* em (3) deve permanecer *in situ* e não deve atravessar o advérbio. Por outro lado, o traço V do tempo (T) em francês é assumido com sendo forte e, por isso, provoca o movimento visível do verbo

¹⁰ É imperativo ressaltar que essa não é a única forma de análise do advérbio em questão, a abordagem desse fenômeno faz-se necessária como modo ilustrativo de apresentar as implicações teóricas dos traços fortes e fracos e de como eles são importantes para o modelo minimalista. Para diferentes tipos de análise de diversos autores, ver cap. (3).



embrasse em (4) ao núcleo de TP, passando pelo advérbio. Esta é a explicação do motivo pelo qual (4a) é agramatical e (4b) não o é.

Podemos, por ora, afirmar que a grande diferença entre P&P e o MP é a introdução da noção de **economia** na teoria lingüística. O que, então, em termos práticos isso significaria?

No quadro teórico de P&P, qualquer operação sintática tais como Move-a, em (5), é considerada como uma regra livre no sentido de que poderia aplicar-se se a descrição estrutural assim permitisse:

(5) Move anything anywhere freely.¹¹

Move-a é, então, entendido como algo que pode ser movido para qualquer posição numa sentença. Entretanto, Chomsky (1989, 1995) cuidadosamente observa uma série de operações de movimentos e conclui que Move-a é restringido por algumas considerações de status econômico. Como forma de ilustrar isso, observem-se os exemplos abaixo:

(6) a) *[**P2** seems [**P1** to be murdered **John** in the night]]

 b) [**P2** seems [**P1** to be murdered **John** in the night]]


“Parece que o João foi assassinado à noite”

(cf. JANG, 2000)

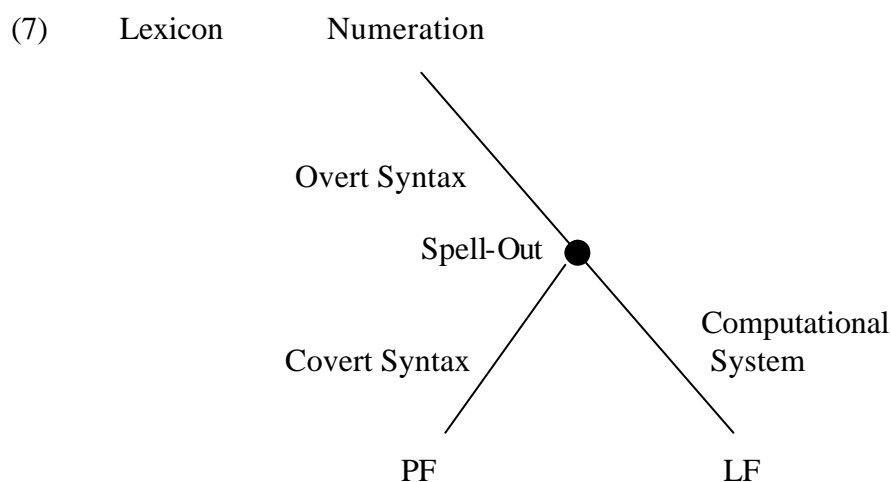
Os exemplos supracitados têm a ver com o movimento, ou seja, em (6a) *John* moveu-se direto até a posição matriz sem, com isso, parar na posição intermediária P1, enquanto que

¹¹ Mover qualquer coisa para qualquer lugar livremente. (tradução nossa)

na frase gramatical (6b) *John* moveu-se passo a passo, sem omitir nenhum lugar potencial para seu preenchimento. É assim denominado por Chomsky, como *shortest move* (movimento curto) ou *least effort* (menor esforço). Voltaremos a essa questão na seção (2.3.3).

2.3.1 A estrutura da frase no MP

Chomsky (1995) propõe a seguinte estrutura da gramática (7). Como podemos observar, esse modelo de estrutura consiste de um **Léxico**, **Numeração**, **PF** e **LF**. A derivação prossegue até **Spell-Out**¹², e deixa de fora os traços fonológicos, o que é chamada de **Overt Syntax** (ou Sintaxe Visível), equivalente a S-structure¹³ no P&P. A derivação que se segue após Spell-Out é chamada de **Covert Syntax** (ou Sintaxe não-visível).



Um item lexical é um conjunto de traços: traços fonológicos, traços semânticos e traços formais. Os itens lexicais para serem usados na construção de uma sentença são

¹² Em qualquer ponto da derivação, podemos aplicar a operação Spell-Out, cuja função é efetuar a ligação para a componente PF.

¹³ Do inglês *Surface Structure* (Estrutura Superficial).

retirados do **Léxico**¹⁴ para uma **Numeração**¹⁵. Dessa Numeração, os itens lexicais são selecionados e concatenados com o propósito de constituir uma categoria maior, usando, para isso, as operações *Move* e *Merge*.

Uma necessidade conceitual para a existência da numeração no MP é a checagem dos traços morfológicos. Ou seja, os itens lexicais são completamente flexionados quando são introduzidos na Numeração.

Dessa maneira, a derivação que começa na Numeração prossegue e alcança Spell-Out, cujos traços fonológicos são abandonados depois dessa etapa. Esses traços fonológicos, por meio da morfologia entram na componente PF. É importante salientar que não há qualquer interação entre PF e LF. Isto é, se introduzirmos um item lexical que não tem traços fonológicos, mas tem traços semânticos depois de Spell-Out, então este item não pode ter interpretado corretamente o seu significado, o que causaria o fracasso da derivação. Se ao invés disso, nós introduzíssemos um item lexical sem os traços semânticos, mas com traços fonológicos, também não poderíamos interpretar tais traços, uma vez que não há interação entre LF e PF.

2.3.2 A operação *Merge*

O que se espera de uma teoria que lida com fatores sintáticos é, entre outras coisas, providenciar alguma operação que construa estruturas de itens lexicais. Por essa razão,

¹⁴ Repositório de todas as propriedades (idiossincráticas) dos itens lexicais particulares. Estas propriedades incluem a representação da forma fonológica de cada item, a especificação de sua categoria sintática, e as suas características semânticas.

¹⁵ Podemos entender Numeração como uma estação intermediária na qual os itens lexicais que são usados na construção da frase são coletados. A Numeração é importante também no sentido de que decide o conjunto de referências e providencia os traços formais que desencadearão o movimento sintático. O que para Chomsky (1995, p. 314) é definido como (i):

(i) N é um conjunto de pares (Li, i)

em que Li é um item do léxico (do inglês *Lexical item*), e i é o seu índice, compreendido como o número de vezes que Li é selecionado.

apresentamos a operação *Merge* (ou Concatenar, Compor), que tem a função de juntar dois objetos sintáticos, tornando-se, dessa forma, uma operação de construção de constituintes.

O modo pelo qual essa operação se apresenta é primeiro dar aos objetos que estão sendo concatenados um rótulo. Geralmente, o rótulo usado é um subconjunto de traços (ver seção 2.3.3) do objeto. No exemplo apresentado em (8), o rótulo dos dois objetos sintáticos, que estamos concatenando são X e Y, formando, assim, um novo objeto rotulado por Z.

$$(8) \quad \begin{array}{c} Z \\ \cup \\ X \quad Y \end{array}$$

A árvore em (8) é a representação sintática de Z, que reflete a idéia de que Z é construído a partir de dois elementos, X e Y, como já fora explanado. Isto é, partimos da premissa de que só podem ser concatenados apenas dois objetos. Significa que toda a estrutura sintática será considerada com ramificação binária. Por essa razão, as estruturas em (9) e (10) não podem ser formadas pela operação *Merge*:

$$(09) \quad \begin{array}{c} Z \\ \otimes \\ X \quad Y \quad W \end{array}$$

$$(10) \quad \begin{array}{c} Z \\ \downarrow \\ X \end{array}$$

A operação *Merge* não especifica a ordem linear dos elementos que são concatenados, como nos mostram (11) e (12), ou seja, para *Merge* as duas estruturas são exatamente as mesmas, pelo fato de serem compostas pelos mesmos dois objetos sintáticos.

$$(11) \quad \begin{array}{c} Z \\ \cup \\ X \quad Y \end{array}$$

$$(12) \quad \begin{array}{c} Z \\ \cup \\ Y \quad X \end{array}$$

É sabido, pois, que a ordem é um fator crucial nas línguas naturais. Podemos dizer que é exatamente a ordem que faz com que (13) seja aceitável e (14) não o seja. Por isso, precisamos impor alguma ordem nas estruturas construídas por *Merge*, isto é, há uma necessidade de linearizar as estruturas.

(13) O menino

(14) *Menino o

2.3.3 A checagem de traços

A checagem morfológica de traços tem sido considerada como característica central do Programa Minimalista, tanto que o MP já foi chamado de Teoria da Checagem dos Traços. Chomsky (1995) argumenta que deve haver gramática universal/sintaxe, mas não uma morfologia universal.

De acordo com Chomsky (1995), adicionar a morfologia de tempo e concordância a um verbo é para automaticamente impor que os traços de tempo e concordância sejam conferidos por suas características morfológicas, respectivamente. Sobre estes traços morfológicos, Chomsky assume que deveriam ser removidos/checados pelas categorias funcionais tempo (T) e concordância (Agr)¹⁶ antes que a derivação alcance PF e LF.

¹⁶ Do inglês *agreement*

Um item lexical é um conjunto de traços fonológicos, traços semânticos e traços formais. Entre esses três traços, somente os traços formais participam da derivação desde a numeração até LF. Chomsky (1995, p. 277) sugere o seguinte conjunto de traços formais:

- (15) a) Traços categoriais
b) Traços-f
c) Traços de Caso
d) Traços fortes

Os traços opcionais são adicionados quando o item lexical é introduzido na Numeração. Os traços fortes somente aparecem na categoria funcional e este traço deve ser apagado por estar sendo checado com os traços da categoria lexical. Em outras palavras, os traços fortes devem ser eliminados imediatamente pela aplicação de *Merge* ou *Move*, antes da derivação prosseguir, isto é, antes da projeção ser concatenada com uma estrutura mais alta. Então, o movimento é somente desencadeado pela necessidade de checar os traços fortes no domínio funcional.

De acordo com Chomsky, a presença desses traços fortes atrai o item lexical, mais especificamente seus traços formais, só deve existir movimento de traços. Por sua vez, o movimento coberto ou não-visível (do inglês *covert movement*) é caracterizado por envolver somente movimento de traços. Ou seja, depois de Spell-Out somente traços formais dos itens lexicais sobem e não os do núcleo nem os das projeções máximas. Por questões de economia, o sistema computacional prefere o movimento visível ao não-visível. Isso é identificado como o **Princípio da Procrastinação**.

Ao se tratar de movimento de categorias na perspectiva minimalista, é preciso levar em consideração outros fatores, fora aqueles já apresentados. Por exemplo, por questões de

economia, é postulado que deve haver movimento curto do verbo. A condição relevante favorecendo o movimento curto ao invés do longo é conhecida como o Princípio do Movimento Curto, i.e. o efeito desse princípio é favorecer a formação do movimento de cadeias com a menor ligação. Esse princípio também é identificado em termos de **Condição do Elo Mínimo** (para o inglês *Minimal Link Condition*).

2.3.4 Recentes concepções em torno de um Modelo Minimalista

O MP até aqui descrito é baseado principalmente em Chomsky (1995). Entretanto, muitas revisões e inovações têm sido apresentadas desde então. Um exemplo disso é que o movimento dos traços formais foi abandonado em Chomsky (1998, 1999). Isso, entretanto, não significa que o MP está descartado das investigações lingüísticas, pelo contrário, noções básicas como a que propõe que uma derivação deve ser a mais econômica possível permanecem inalteradas. Porém, algumas concepções são alteradas ou ganham uma nova interpretação.¹⁷

No que tange à arquitetura de FL nos trabalhos mais recentes de Chomsky (1999, 2000), é mais ou menos parecida como a que está em Chomsky (1995) ver seção (2.2.1). A FL inclui um sistema cognitivo que armazena informação, tornando-o, por essa razão, disponível aos sistemas de performance que o acessam no uso da língua. A única diferença é que Chomsky (2000) assume que os sistemas de performance são externos a FL, contra Chomsky (1995, 1998).

Os sistemas de performance são de dois tipos: **sistema sensório-motor** e **sistema conceptual-intencional**. Podemos destacar que o sistema sensório-motor é o chamado articulatorio-perceptual em Chomsky (1995). Como aponta Chomsky (1998), “one obvious

¹⁷ Jairo Nunes (comunicação pessoal) afirma que muitas das definições concebidas nos textos mais recentes (cf. CHOMSKY, 1998, 1999, 2004) trazem a mesma essência só que com roupagem diferente.

error is the restriction to articulation and auditory perception, plainly incorrect, as the study of sign language has shown”.

A GU torna disponível um conjunto **F** de traços e operações que acessa F a expressões geradas (EXP). A língua L faz uma seleção de um subconjunto de [F] (ou [F_L]) de F. L também inclui uma operação que junta elementos de [F] dentro do léxico (**LEX**), cujos itens lexicais **LIs** são ajuntados. As derivações fazem uma seleção de um arranjo lexical (LA)¹⁸ do léxico, então mapeia LA para EXP, sem recurso a [F] para a sintaxe estreita.

Na fase mais recente da teoria (cf. CHOMSKY, 1995, 1998), é adicionada a operação **Agree**¹⁹ às outras duas *Merge* e *Move* na computação. O emparelhamento de *probe* e *goal* induz a operação *Agree*, eliminando os traços não-interpretáveis que os ativam. Outras modificações são apresentadas como, por exemplo: a concordância à longa distância, sem subir ao especificador (Spec) é possível. A checagem de traços é eliminada. A operação *Move* combina *Merge* e *Agree*. As computações são exigidas para executar tão depressa quanto possível.

A derivação está agora dividida por **Fases**, que incluem o sintagma verbal (vP), contendo todos os papéis-? e toda a frase (CP), contendo tempo e também força. Ou seja, as derivações devem ser executadas fase por fase. Com isso, o Spell-Out torna-se cíclico no nível da fase.

O que se destaca nas aceções mais recentes do modelo gerativista, principalmente Chomsky (2004, p. 105), é que não há somente a indagação sobre *o que* as propriedades da linguagem são, mas, sobretudo, *por que* elas são dessa maneira.

¹⁸ Do inglês *Lexical Array*.

¹⁹ *Agree* nada mais é do que a operação que checa os traços sob c-comando. Segundo Adger (2004), encontra-se definida da seguinte forma apresentada em (i):

- (i) **Agree**
An uninterpretable feature F on a syntactic object Y is checked when Y is in a c-command relation with another syntactic object Z which bears a matching feature F.

É importante salientar que não é nosso objetivo principal elencar todas as abordagens de análise propostas no Minimalismo, ou por modelos mais recentes, bem como apresentar toda a engrenagem metodológica. Para tanto, sugerimos ao leitor ver a bibliografia no decorrer desse capítulo para uma visão mais ampla dos elementos teóricos citados.

2.4 APARATO METODOLÓGICO

Para discutir algumas análises sobre a sintaxe dos advérbios, utilizaremos como método de abordagem, o hipotético-dedutivo, ou seja, o método próprio das ciências – a partir das verdades gerais chega, por deduções lógicas, a outras verdades tão gerais como as primeiras (cf. MONTALVÃO, 1982, p. 168). O método de procedimento será o comparativo, uma vez que buscaremos confrontar diversas línguas como forma de subsidiar/corroborar nossas hipóteses acerca do fenômeno lingüístico em destaque.

No que se refere às frases apresentadas ao longo deste trabalho, podemos afirmar que são frutos de dados de introspecção.

CAPÍTULO 3

O LUGAR DO ADVÉRBIO NA TEORIA GERATIVA

3.1 INTRODUÇÃO

A razão pela qual este capítulo se insere neste trabalho é a de fazer alusão aos investimentos feitos acerca do advérbio na Teoria Gerativa, bem como discutí-los. Por essa razão, procuraremos apresentar alguns autores e suas abordagens sobre o advérbio. É pertinente, por ora, salientar que não é nosso objetivo principal criticar uma ou outra abordagem, mas, sobretudo, elencar uma série de estudos cujo ponto de partida é o advérbio.¹

Um dos primeiros trabalhos foi feito por Jackendoff (1972), quando esse lingüista se dedicou profundamente ao estudo do advérbio e à sua distribuição. Ao longo desses anos, seu trabalho vem se configurando como ponto de partida para diversos estudos (cf. TRAVIS, 1988; LAENZLINGER, 1993, 1998; ALEXIADOU, 1997; COSTA, 1998; CINQUE, 1999, entre outros).

Com base nisso, este capítulo se organiza da seguinte forma: na seção subsequente problematizaremos a proposta de Jackendoff (1972), em que esse autor confere aos advérbios dois domínios, a saber, advérbios de IP e advérbios de VP (doravante IP-advérbios e VP-advérbios).

Trataremos das restrições de co-ocorrência dos advérbios na seção (3.3), em que vários autores, entre eles Jackendoff (1972), verificam que os advérbios não se encontram na sentença de forma aleatória, ou seja, há mecanismos que regulam sua posição em relação ao elemento que ele modifica.

¹ Logicamente que não hesitaremos em dar nosso parecer sobre as abordagens aqui apresentadas quando a ocasião assim solicitar.

Na seção (3.4), discutiremos diversas propostas em relação ao licenciamento do advérbio na frase, isto é, estarão em evidência propostas que assumem que o advérbio é um núcleo (cf. TRAVIS, 1988), ou que o advérbio é um Spec (cf. LAENZLINGER, 1993, 1998; ALEXIADOU, 1997; CINQUE, 1999), ou complemento (cf. McCONNEL-GINET, 1982; LARSON, 1988, 1990; RIVERO, 1992), ou ainda que o advérbio se configura como um adjunto (cf. CHOMSKY, 1986, 1995, 1998, 1999; COSTA, 1997, 1998, 2004; ERNST, 2004).

Por fim, na seção (3.5), sintetizaremos toda discussão abordada neste capítulo, apresentando os problemas que nortearão os próximos capítulos, bem como elencaremos possíveis questionamentos para trabalhos futuros.

3.2 A PROPOSTA DE JACKENDOFF (1972): DESDE A CATEGORIA *ADV* ATÉ SUA CLASSIFICAÇÃO

Chomsky (1965), em seu trabalho intitulado *Aspects of Theory of Syntax*, não faz menção explícita à categoria advérbio. Este por sua vez é indicado com os termos *tempo*, *lugar*, *modo*, *direção*, *duração*, *freqüência*, ou seja, são as circunstâncias de modo, lugar e tempo em que o processo verbal se desenvolve. Um exemplo em que ele utiliza um advérbio é²:

- (1) S → Adverbial + NP + aux + VP
Naturally John will leave

(cf. CHOMSKY, 1965, p. 72)

² É importante salientar que o sistema de operações vigente em *Aspects* era o de reescrita. Essa operação já se encontra em desuso hoje em dia. Remetemos o leitor a leituras de textos mais recentes sobre as mudanças que ocorreram na teoria (c.f. CHOMSKY, 1995, 1998, 1999 e 2004).

Ao finalizar a seção sobre as regras de base, Chomsky não apresenta a categoria *Adv.* nem o termo *Adverbial*. Na posição em que os advérbios ocorrem com maior frequência na língua inglesa, ele coloca as denominações já mencionadas (cf. SAMARA, 1986, p. 15)

(2) Predicate – Phrase → Aux + VP (Place) (Time)

Jackendoff (1972) elimina das regras de base os termos que sugeriam grande variedade de classes categoriais, a saber, modo, lugar, tempo etc, (cf. CHOMSKY, 1965), substituindo-os pelo termo *Adv*, e assegurando ao advérbio um lugar na estrutura profunda, considerando que, dependente das interpretações e do escopo, várias posições de base são licenciadas para a geração dos advérbios.³

3.2.1 A aparente livre distribuição dos advérbios

3.2.1.1 Função e comportamento sintático

O advérbio parece mostrar que pode ocorrer em várias posições de uma sentença sem restrições, como nos mostram os exemplos em (3) para o PB, (4) para o inglês e (5) para o francês.⁴ Porém, o que se observa na literatura é que essa livre distribuição só é encontrada com alguns tipos de advérbios:

³ É importante destacar que o objetivo desse autor é o de mostrar as contribuições dos advérbios para a interpretação semântica da frase, independente das diferentes regras estruturais.

⁴ Todos os exemplos em (3), (4), (5), (6) e (7) são adaptados de Costa (1998, p. 19-20).

- (3) a) *Provavelmente* O Paulo tinha lido o livro para Maria.
 b) O Paulo *provavelmente* tinha lido o livro para Maria.
 c) O Paulo tinha *provavelmente* lido o livro para Maria.
 d) O Paulo tinha lido *provavelmente* o livro para Maria.
 e) O Paulo tinha lido o livro *provavelmente* para Maria.
 f) O Paulo tinha lido o livro para Maria, *provavelmente*.
- (4) a) *Probably* John had read the book to Mary.
 Provavelmente o João-NOM tinha-AUX lido o-livro-ACC para-Maria-OBL
 b) John *probably* had read the book to Mary.
 c) John had *probably* read the book to Mary.
 d) John had read the book *probably* to Mary.
 e) John had read the book to Mary, *probably*.
- (5) a) *Probablement* Jean a lu le livre.
 Provavelmente o João-NOM tem-AUX lido o-livro-ACC
 b) Jean a *probablement* lu le livre.
 c) Jean a lu *probablemen* le livre

Há de se perceber que esse mesmo tipo de advérbio não é permitido ocorrer entre o verbo e o objeto em inglês, (cf. exemplo 6), como também não é permitida a ocorrência entre o sujeito e o predicado em francês, (cf. exemplo 7):

(6) *John had read *probably* the book to Mary.

(7) *Jean *probablement* a lu le livre.

Com base nessas observações, chegamos à distribuição apresentada em (8):

(8) a) PB:

Suj. + Adv. + V. + Obj.

Suj. + V. + Adv. + Obj.

b) Inglês:

Suj. + Adv. + V. + Obj.

*Suj. + V. + Adv. + Obj.

c) Francês:

*Suj. + Adv. + V. + Obj.

Suj. + V. + Adv. + Obj.

Como podemos verificar, o PB parece se configurar como uma língua que licencia o advérbio em diversas posições. Oliveira (1996) afirma, com base nos dados supracitados, ser o PB uma super língua em relação ao francês e ao inglês, uma vez que podemos observar que o PB admite o advérbio inserir-se tanto na posição entre o sujeito e o seu predicado, como também na posição entre o verbo e o seu objeto.

3.2.1.2 Uma proposta de classificação dos advérbios⁵

Observando as restrições de posicionamento dos advérbios apresentadas na seção anterior, Jackendoff (1972) classifica os advérbios, com base no inglês, em seis tipos,

⁵ A classificação de Jackendoff (1972) apesar de todos os defeitos apontados durante mais de três décadas, continua sendo tomada como ponto de referência, com o mérito de abordar a distribuição dos advérbios de forma bastante ampla.

respeitando a possibilidade de sua ocorrência na sentença. Dessas seis classes, segundo ele, apenas as que estão inseridas nos grupo I e II, apresentados em (9) e (10) respectivamente, exibem livre distribuição, como em (11) e (12).

(9) Grupo I: Início, Auxiliar (Aux), VP-final (com mudança de significado).

(*habilmente, desastradamente, cuidadosamente, negligentemente, felizmente etc.*).

(10) Grupo II: Início, Aux, VP-final (sem mudanças de significado).

(*rapidamente, lentamente, relutantemente, tristemente, silenciosamente, freqüentemente etc.*).

(11) a) *Cuidadosamente* o João tomou seu café.⁶

b) O João *cuidadosamente* tomou seu café.

c) O João tomou seu café *cuidadosamente*.

(12) a) *Lentamente* o João tomou seu café

b) O João *lentamente* tomou seu café.

c) O João tomou seu café *lentamente*.

Como pudemos observar o primeiro grupo tem por característica principal poder ocupar as três posições descritas e com isso alterar seu significado, que pode, por essa razão, variar entre uma interpretação de modo (11c), representado pela paráfrase em (13), ou uma

⁶ Gozaga (1997) assume que para o português europeu, diferentemente do inglês, parece ser impossível a ocorrência dos advérbios correspondentes à posição inicial e final sem serem precedidos de pausa, assim como a interpretação de modo, para corroborar esse fato a autora oferece os seguintes exemplos:

- (i) a) O João inteligentemente/desastradamente deixou cair o café.
 b) Inteligentemente/desastradamente *(,) o João deixou cair o café.
 c) O João deixou cair o café *(,) inteligentemente/desastradamente.

interpretação orientada para o sujeito (11a), representado pela paráfrase em (14). A frase contida em (11b) tem uma interpretação ambígua, tanto pode ser orientada para o sujeito como pode ser de modo.⁷

(13) O João tomou o café de maneira cuidadosa.

(14) Foi cuidadoso de João tomar o café.

Ao contrário do que afirmava Jackendoff (1972), os advérbios que se encontram inseridos no Grupo II também gozam de variação de significado dependendo de sua posição (McCONNELL-GINET, 1982; TRAVIS, 1988; ROCHETTE, 1990; CINQUE, 1999, entre outros), obtendo, por essa razão, diferentes interpretações como ilustram os exemplos em (15). Segundo a interpretação para o inglês, de Kim (2000), (15a) e (15b) modificam o evento da prisão, enquanto (15c) e (15d) modificam o processo da prisão, isto é, em (15a) e (15b) a prisão acontecerá rapidamente, enquanto que (15c) e (15d) a maneira da prisão será acelerada.

(15) a) *Quickly*, John will be arrested by the police.

b) John *quickly* will be arrested by the police.

c) John will be *quickly* arrested by the police.

d) John will be arrested *quickly* by the police.

(cf. KIM, 2000, p. 459)

Semelhantemente a essa abordagem de interpretação ligada ao *processo/evento* da construção verbal, como ilustrado acima, Travis (1988) citando Jackendoff (1972) distingue

⁷ Costa (1998) admite que uma frase como em (11b) não admite leitura de modo, uma vez que para esse autor a única leitura possível de modo é VP-final. Com base nisso, o autor levanta uma série de argumentos para corroborar tal idéia. Entretanto, deixemos essas observações para serem discutidas na seção (3.4.4).

esses advérbios como sendo sensíveis a frases, cuja construção está na voz passiva (para o inglês: *passive-sensitive adverbs*):

- (16) a) The police *carelessly* will arrest Fred.
 “A polícia negligentemente prenderá Fred”.
- b) Fred *carelessly* will be arrested by the police.
 “Fred *negligentemente* será preso pela polícia”.
- c) The police arrested Fred *carelessly*.
 “A polícia prendeu Fred *negligentemente*”.
- d) Fred was arrested *carelessly* by the police.
 “Fred foi preso *negligentemente* pela polícia”.

(cf. TRAVIS, 1988, p. 284)

Para a análise dessa autora nos exemplos (16a) e (16b) o advérbio aparece na posição pré-Aux e refere-se ao sujeito da sentença, se ou não este sujeito é também o agente. Em (16a) a interpretação possível é que a polícia está sendo negligente, e em (16b) Fred é quem está sendo negligente. Entretanto, (16c) e (16d) mostram um padrão diferente, o advérbio se encontra numa posição pós-verbal e é, por essa razão, sensível ao agente da frase se ou não o agente é também sujeito, concluindo-se, então, que tanto em (16c) quanto em (16d) a polícia está sendo negligente. Travis ainda acrescenta que a distinção está mais nítida entre os exemplos em (16b) e (16d), uma vez que a única diferença destas duas frases é a posição do advérbio, isto é, em (16b) Fred é negligente e em (16d) a polícia é negligente.

No que se refere ao Grupo III (cf. 17) o advérbio pode aparecer na posição inicial e na posição de auxiliar somente, ilustrado pelos exemplos em (18). Na posição final é necessária a

pausa, caso contrário a frase torna-se agramatical, como nos mostram os exemplos (18c) e (18d) para o inglês:

(17) Grupo III: Início, Aux

(*evidentemente, provavelmente, certamente, infelizmente, naturalmente etc.*).

(18) a) Evidentemente o João leu o livro.

b) O João evidentemente leu o livro.

c) *O João leu o livro evidentemente. (sem pausa)

d) *John read the book evidently.

(cf. KIM, 2000, p. 456)

Por sua vez, o grupo IV (cf. 19) pode ser localizado na posição de Aux e VP-final como ilustrado em (20) para o inglês. Entretanto, esse grupo de advérbios no PB parece possuir uma assimetria com aquela língua, uma vez que os advérbios desse grupo também podem ocorrer nas três posições, como mostra (21):

(19) Grupo IV: Aux, VP-final:

(*completamente, facilmente, totalmente, mortalmente etc.*).

(20) a) **Completely* George read the book.

b) George *completely* read the book⁸

c) George read the book *completely*.

(cf. KIM, 2000, p. 456)

⁸ Frases com o verbo *comprar* seria totalmente agramatical para o PE (GONZAGA, 1997) e para o PB, como se observa em (i) e (ii):

(i) O João comprou *completamente* o livro. (*PE/*PB)

(ii) O João comprou o livro *completamente*. (*PE/*PB)

- (21) a) *Facilmente* o João leu o livro.
 b) O João *facilmente* leu o livro.
 c) O João leu o livro *facilmente*.

Kim (2000) citando Rochette (1990) observa que a distribuição dos Grupos III e IV é de fato muito mais restrita do que Jackendoff (1972) afirma. Para tal fato, Kim apresenta as frases em (22). Como podemos verificar, os advérbios do Grupo III, *probably* (provavelmente), podem aparecer à esquerda ou à direita do primeiro auxiliar, mas não podem ocorrer depois do segundo auxiliar. Por outro lado, acrescenta Kim, que os do Grupo IV, *completely* (completamente), somente aparecem na posição que imediatamente precede o verbo principal e na posição adjacente ao primeiro auxiliar.

- (22) a) George *probably/*completely* has read the book.
 b) George will *probably/*completely* have read the book.
 c) George will have **probably/completely* read the book.
 d) George has *probably/completely* read the book.

(cf. KIM, 2000, p. 457)

Os Grupos V e VI são ainda mais restritos do que os Grupos III e IV. Segundo a classificação de Jackendoff (1972), os advérbios pertencentes ao Grupo V (cf. 23) podem aparecer somente na posição pós-verbal ilustrados pelos exemplos contidos em (24), enquanto os advérbios inseridos no Grupo VI (cf. 25) podem ser localizados somente na posição de auxiliar, como nos mostram os exemplos em (26) para o inglês, diferentemente de (27) para o PB⁹:

⁹ Idem nota 6.

(23) Grupo V: VP-final¹⁰

(*bem, mais, menos, cedo, rápido, devagar, terrivelmente etc.*).

(24) a) *Bem o João leu o livro.

b) *O João bem leu o livro.

c) O João leu o livro bem.¹¹

(25) Grupo VI: Aux

(*verdadeiramente, virtualmente, somente, simplesmente, dificilmente, escassamente etc.*).

(26) a) **Simply* Albert is being a fool.

b) Albert is *simply* being a fool.

c) *Albert is being a fool *simply*.

(cf. KIM, 2000, p. 458)

Levando-se em consideração o exposto acima, em que se apresentam três posições distintas para o advérbio, a saber, *Inicial, Aux, VP-final*, Jackendoff (1972) acrescenta ainda

¹⁰ Sérgio Menuzzi (comunicação pessoal) afirma que o advérbio *bem* pode assumir uma posição pré-verbal em frases como em (i), assim como o complexo *bem que* nas frases em (ii):

- (i) O João *bem* sabe que não deveria ter feito aquilo.
- (ii) O João *bem que* podia ter avisado.
Bem que podiam ter avisado.

¹¹ Gonzaga (1997, p. 35) ao discutir algumas análises para o PE sobre esse tipo de advérbio, observa que a possibilidade dele ocorrer em posição final nesta língua está intimamente ligada à complexidade do NP objeto, ou mais precisamente ao seu caráter pesado (*heavy NP shift*). Dessa maneira, em construções cujo complemento é modificado por uma frase, a posição preferencialmente do advérbio é a posição imediatamente pós-verbal:

- (i) O João fez [o trabalho [que tu lhe pediste semana passada]] *bem*. (??PE/*PB)
- (ii) O João fez *bem* [o trabalho [que tu lhe pediste a semana passada]]. (OKPE/OKPB)

Como podemos perceber a frase (i) é totalmente agramatical para o PB, diferentemente do PE que é aceitável, mesmo estranhamente.

que há também a possibilidade de certos advérbios ocorrerem numa posição interna a VP diferente daquelas já apresentadas, como em (i) abaixo:

- (i) Steve dresses *elegantly*.
- (ii) *Steve *elegantly* dresses.

(cf. JACKENDOFF, 1972, p. 68)

Com isso, esse autor busca subsídios à convenção de transportabilidade de Keyser (1968), cuja função principal é marcar determinados elementos com um traço extra [+transportável] que só se aplica a advérbios dominados por IP, visto que aqueles que são dominados por VP são selecionados, não podendo, por essa razão, mover-se livremente, (cf. JACKENDOFF, op. cit.).

Esse autor ainda considera que os advérbios orientados para o falante ou para o sujeito são dominados por IP. Com isso, as posições disponíveis para esse tipo de advérbio são: Inicial, Aux e VP-final com pausa, como mostra (27):

- (27) a) *Evidently* John ate the beans.

“*Evidentemente* o João comeu os feijões”.

- b) John *evidently* ate the beans.

“O João *evidentemente* comeu os feijões”.

(cf. GONZAGA, 1997, p. 37-38)

Em suma, os objetivos de Jackendoff (1972) foram alcançados na medida em que buscou contemplar os aspectos sintáticos e semânticos dos advérbios dentro do quadro gerativo-transformacional e em uma época em que não havia muita literatura sobre essa

temática, fato é que hoje também não encontramos, no Brasil, muitos estudos. Apesar de todos os problemas que esta classificação apresenta quando estão em jogo análises comparativas entre diversas línguas, a ele todos os méritos pelo pioneirismo.

3.3 RESTRIÇÕES DE CO-OCORRÊNCIA ENTRE OS ADVÉRBIOS

Jackendoff (1972) alertava para o fato de que os advérbios não podem aparecer livremente em uma sentença quando são usados como um elemento obrigatório, uma vez que são geralmente selecionados pelo verbo, como nos mostram os exemplos apresentados em (28)-(30)¹²:

(28) a) John worded the letter *carefully*.

“O João formulou a carta *cuidadosamente*”

b) *John worded the letter.

“O João formulou a carta”.

(29) a) This book sells *well*

“Esse livro vende *bem*”.

b) *This book sells.¹³

“Este livro vende”.

(cf. SUZUKI, 1995, p. 5)

¹² Para uma discussão contrária aos argumentos levantados por Jackendoff (1972) sobre esse tipo de advérbio, ver Samara (1986).

¹³ Dependendo da entonação, essa frase é perfeitamente gramatical no PB, principalmente em um contexto de pergunta-resposta, como mostra (i):

(i) Este livro vende bem?
- Este livro VENDE, viu!

(30) a) He treated her *badly*.

“Ele a tratou *mal*”.

b) *He treated her.¹⁴

“Ele a tratou”.

(cf. RADFORD, 1988, p. 61)

Por outro lado, é importante destacar que os advérbios usados opcionalmente¹⁵ em uma sentença estão também sujeitos a restrições de co-ocorrência, algumas das quais estão elencadas abaixo, (cf. SUZUKI, 1995, p. 7):

(i) Advérbios de modo: estes advérbios somente podem ser selecionados por *non-stative verbs* (nos termos de CHOMSKY, 1965):

(31) a) John solved the problem *easily*.

“O João resolveu o problema *facilmente*”.

b) *John likes the TV program *eagerly*.

(ii) *Subject adverbs*: estes advérbios podem somente ocorrer com elementos animados ou sujeitos humanos (cf. QUIRK et al., 1972, 1985):

¹⁴ A primeira vista, como podemos observar, essa construção não parece ter qualquer dificuldade para um falante do português brasileiro, mas somente se ela tiver uma interpretação apontada para a paráfrase em (i):

(i) Ele cuidou dela.

Em outras palavras, no PB, fica subjacente que a interpretação é a de que *ele cuidou dela* da melhor maneira esperada.

¹⁵ Leia-se: advérbios que tenham maior flexibilidade de ocorrência nas sentenças, ou seja, aqueles denominados outrora (seção 3.2.1.2) por advérbios de IP.

- (32) a) *Willingly* John wrote a lot of letter.
 “De boa vontade, o João escreveu muitas cartas”.
- b) **Willingly* a lot of letters were written to his friend by John.
- (iii) Advérbios de tempo: estes advérbios podem ser selecionados pelos tempos verbais, Presente ou Passado (cf. SUZUKI, 1995, p. 8):
- (33) a) John is in the library *now* (**yesterday*/**tomorrow*).
 “O João esta na biblioteca *agora* (**ontem*/**amanhã*)”.
- b) John was in the library *yesterday* (**now*/**tomorrow*).
 “O João estava na biblioteca *ontem* (**agora*/**amanhã*)”.¹⁶
- c) John will be in the library *tomorrow* (**now*/**yesterday*).
 “O João estará na livraria *amanhã* (**agora*/**ontem*)”.
- (iv) Advérbios de freqüência: estes advérbios não podem co-ocorrer com certos tipos *stative verbs* e adjetivos (cf. SUZUKI, op. cit.):
- (34) a) *The parcel *often* weighed two pounds.
 b) John *often* weighed himself.
 “O João *frequentemente* se pesava”.
- (v) Advérbios de grau: estes advérbios não podem co-ocorrer com verbos, adjetivos e verbos que não são graduáveis, segundo Suzuki (1995, p. 8):

¹⁶ A frase: “O João estava/estive na biblioteca *agora*” é perfeitamente gramatical para o PB, devido, talvez, a questões de aspecto verbal que não serão tratadas no presente trabalho.

- (35) a) *She *very much* watched the game at TV.
 * “Ela *muito* assistiu ao jogo na TV”.
- b) *The island is *very* uninhabited.
 * “A ilha é *muito* desabitada”.
- (vi) Segundo Bellert (1977), citada por Suziki (1995, p. 9), todos os tipos de advérbios de IP não podem aparecer em sentenças imperativas e exclamativas; eles não podem também aparecer em sentenças subjuntivas:
- (36) a) **Possibly (Fortunately)*, do your homework by tomorrow.
 * “*Possivelmente (Felizmente)*, faça sua lição de casa para amanhã”..
- b) **Fortunately (Possibly)*, what a nice result you have got!
 * “*Felizmente (Possivelmente)*, que resultado legal você conseguiu!”.
- (vii) Todos os advérbios factivos e grande parte dos modais não podem aparecer em sentenças interrogativas (cf. Bellert, 1977; Greenbaum, 1969):
- (37) a) **Fortunately*, did you see Jane at the station?
 * “*Felizmente*, você viu Jane na estação?”.
- b) **Probably*, did you fail in your business?
 * “*Provavelmente*, você falhou no seu trabalho?”.

Partindo do exposto supramencionado, verificamos que, mais uma vez, a ocorrência do advérbio na sentença não deve ser encarada como aleatória. Verificou-se que os advérbios tendem a ter uma sintonia semântica com o elemento modificado por ele (cf. JACKENDOFF,

1972; ERNST, 2004, entre outros). Por esse fato, lançamos mão de um questionamento: Como os advérbios são licenciados em uma sentença?

Essa indagação poderia ser facilmente respondida se tomássemos os anos precedentes a 1980 como referência, tendo em vista que na literatura sintática sobre os advérbios, as regras de estrutura de frase eram responsáveis por isso (cf. KEYSER, 1968). Isto é, em geral, poucas abordagens eram oferecidas para responder quais as posições licenciadas para o advérbio. Entretanto, depois da Teoria da Regência e Ligação, abandonou-se as regras de estrutura de frase (cf. STOWELL, 1981; CHOMSKY, 1981) e essas questões foram ignoradas (cf. ERNST, 2004, p. 756).

É bem verdade, porém, que isto tem se modificado nos anos mais recentes, mas ainda não estão claros exatamente quais os princípios teóricos destinados a licenciar os advérbios em uma dada sentença. É o que irá tratar a próxima seção deste trabalho. Para tanto, lançaremos mão das análises mais recentes sobre o licenciamento dos advérbios e, com base nisso, teceremos algumas observações, tomando como referência o PB.

3.4 SOBRE O LICENCIAMENTO DOS ADVÉRBIOS

O questionamento levantado na seção anterior, a saber, como os advérbios são licenciados na sentença, não é recente, tendo em vista que essas e outras indagações foram lançadas ao longo dos anos (cf. TRAVIS, 1988, entre outros). Inclusive, Travis (1988) de maneira clara e objetiva apresentou algumas questões norteadoras para o estudo do advérbio atualmente, alertando que apresentam muitos problemas interessantes para os sintaticistas, (cf. Travis 1988, p. 280):

- (i) Como os advérbios são licenciados?
- (ii) Por que os advérbios verdadeiros¹⁷ desfrutam de distribuição mais livre do que preposições adverbiais?
- (iii) Por que a interpretação de alguns advérbios varia dependendo da sua posição?
- (iv) Por que os advérbios têm permissão para ser incorporados aos verbos, embora eles não sejam argumentos do verbo?
- (v) Por que há restrição na ordem dos advérbios?

Como podemos perceber, essas questões vêm sendo discutidas e tentativas de respostas são apresentadas ao longo dos anos, porém poucos são os trabalhos sobre o advérbio no PB¹⁸. Vale ressaltar que nem todas as tentativas de respostas são adequadas ou aceitas e, por isso, muitas vezes encontramos divergências entre elas. Partindo desse pressuposto, trataremos nesta seção das diversas propostas para o licenciamento dos advérbios.

De acordo com Chomsky (1986, p.93), ao fazer algumas observações sobre o licenciamento das categorias, sugere que:

The representation that appear at the various levels are those that can be projected from semantic properties of lexical items in such a way as to accord with the various principles of UG with their parameters set. Every element that appears in a well-formed structure must be licensed in one of a small number of available ways.

O que se pode abstrair da afirmação supracitada é que o licenciamento de uma determinada categoria tem uma relação estreita com suas propriedades semânticas. *A priori* fica claro que tratar de advérbios sem levar em conta suas peripécias semânticas é quase impossível, uma vez posta na análise de Jackendoff (1972) que os reflexos semânticos

¹⁷ Algumas observações foram discutidas sobre o que se chama de verdadeiros advérbios no capítulo anterior. Nossa intenção primeira foi de encontrar nos argumentos levantados por Travis (1988), indicadores de que há de fato uma divisão entre os advérbios e que aqui adotamos, seguindo os passos de Oliveira (1996), como sendo os verdadeiros advérbios *versus* os falsos advérbios.

¹⁸ Injustos seríamos nós não citarmos obras de importância sobre o advérbio no PB (cf. ILARI, 2002; ILARI et al, 1996; CASTILHO, 1996). É importante observar que esses trabalhos são meramente de cunho descritivo.

incidem de maneira direta na distribuição dos advérbios, ou seja, alguns advérbios mudam de significado ao se deslocarem na sentença.¹⁹

3.4.1 O advérbio enquanto núcleo

Logo no início de seu texto, Travis (1988, p. 280) afirma que uma vez resolvido o problema do licenciamento, outros problemas concernentes ao comportamento sintático dos advérbios serão também resolvidos. Por essa razão, ela se incumba da tarefa de responder à indagação: Quais são os princípios de licenciamento para a geração e distribuição dos advérbios?

Travis (op. cit.) parte do pressuposto de que os advérbios não se configuram como projeção máxima e como tais não são licenciados nem pela função-? nem por predicação, mas por um terceiro tipo de licenciamento. Por isso, essa autora assume que o licenciamento dos advérbios difere do licenciamento dos argumentos e do licenciamento dos predicados. Sua análise contém três assunções para o licenciamento dos advérbios, que estão listados em (38):

- (38) Adverb are:
- a) “defective” categories
 - b) “autonomous” theta-markers
 - c) related to a head feature

Sobre o fato de o advérbio ser considerado como uma categoria defectiva, Travis busca subsídios à análise de Jackendoff (1977), em que este autor afirma que os advérbios são inertes na habilidade de tomar complementos (39). Esta é a razão pela qual Jackendoff (1977)

¹⁹ *A priori* estamos admitindo que o advérbio possui mobilidade em uma sentença. Entretanto, pode-se admitir que os advérbios, segundo Chomsky (1995), não possuem características morfológicas que desencadeiem movimento. (ver capítulo 4)

caracteriza os advérbios, distinguindo-os dos adjetivos com o traço COMP, isto é, o advérbio não pode tomar complementos (40b), enquanto que o adjetivo tem essa permissão (40a):

- (39) a) *Fearful* of Bill
 “Medroso do Bill”.
 b) **Fearfully* of Bill
 “*Medrosamente* do Bill”.

- (40) a) AJETIVO [+COMP]
 b) ADVÉRBIO [-COMP]

Para o PB, podemos destacar que os advérbios assim como os adjetivos, de fato, podem também tomar complementos (41). Essa assunção pode ser alargada para o inglês como nos mostram os exemplos contidos em (42):

- (41) a) [*Independente*_{ADJ}] de mim, você irá.
 b) [*Independentemente*_{ADV}] de mim, você irá.
- (42) a) Her decision was [*independent*_{ADJ}] of mine.
 “Sua decisão foi *independente* da minha”.
 b) She decided [*independently*_{ADV}] of me [Adv.]
 “Ela decidiu *independentemente* de mim”.

(cf. RADFORD, 1988, p. 139)

O exposto acima revela para Travis (1988) que os advérbios não podem projetar uma categoria máxima (AdvP):

What I will claim is that this inability to take complements indicates that, in fact, adverbs may not project to a phrasal category. Rather they remain simply as *heads*. This assumption is crucial to the analysis of adverbs that I propose since [...] heads that do not project must be licensed differently from maximal projections. (grifo nosso)

Muitas são as objeções a essa postura, que adota o advérbio como uma categoria que não possui projeção máxima (cf. RIVERO, 1992; DIKKEN, 1995; GONZAGA, 1997; COSTA, 1997, 1998 LAENZLINGER, 1998; KIM, 2000; ENGELS, 2004, entre outros).

Na visão de Dikken (1995), estaria não só o advérbio apto a se configurar como uma projeção máxima, como também licenciando sua posição de Spec,AdvP para o NP-sujeito movido, com a finalidade de dar conta da interpretação orientada para o sujeito de advérbios ambíguos, como nos mostram os exemplos em (43). O que essa abordagem sugere é que IP seja complemento de AdvP, mas, se levarmos em conta a proposta de Kayne (1994), não existe nenhum respaldo teórico que sustente a abordagem de Dikken, uma vez que para Kayne não haveria modo de derivar estruturas em que o próprio advérbio é também ele modificado:

- (43) a) [_{AdvP} [_{Adv'} *cleverly* [_{IP} John *very* has answered the question]]]
 b) [_{AdvP} John_i [_{Adv'} *very cleverly* [_{IP} t_i has answered the question]]]

“João muito espertamente tem respondido as questões”.

(cf. ex. (112) de COSTA, 1996)

No que tange a (38c), Travis (1988) considera, como já foi exposto, o advérbio como um núcleo, por essa razão, ela propõe o traço-licenciador do núcleo²⁰, como uma condição de

²⁰ Traduzido do inglês (*Head feature-licensing*).

licenciamento para os advérbios, argumentando que esta condição captura bem a distribuição dos advérbios. O objetivo desse traço é que os advérbios são licenciados pelo traço designado de um núcleo que eles devem reger. Em outras palavras, advérbios epistêmicos²¹ ou sentenciais são licenciados pelo traço evento de I, (cf. 44). Os de modo, por sua vez, são licenciados pelo traço modo de V, (cf. 45):

- (44) a) *Evidently* Horatio has lost is mind.
 “*Evidentemente* Horácio perdeu sua memória”.
- b) Horacio has *evidently* lost his minda.
- c) *Horacio has lost his mind *evidently*. (sem pausa)

- (45) a) **Completely* George read the book.
 “*Completamente* o Jorge leu o livro”.
- b) George *completely* read the book.
- c) George read the book *completely*.

(cf. TRAVIS, 1988, p. 282)

O que se pode depreender dos exemplos acima, segundo a análise de Travis (1988), é que (44c) é agramatical a partir do instante em que o advérbio epistêmico *evidently* (evidentemente), nesta posição, não pode conferir o traço evento de I. Por seu turno, (45a) é também agramatical pelo fato de o advérbio, nesta posição, *completely* (completamente) não poder conferir o traço modo de V. Essa explicação também se aplica ao PB, uma vez que podemos afirmar que a frase (44c) é agramatical no PB, sem o uso da pausa, como mostra o exemplo (46):

²¹ Advérbios epistêmicos são aqueles que expressam o grau de confiança do falante sobre a proposição, baseado no tipo de informação, são eles: provavelmente, possivelmente, presumivelmente, supostamente. (cf. KIM, 2000, p. 464).

(46) a) O João leu o livro *evidentemente*.

Travis (1988) resume sua sugestão de traços para o núcleo em (47). Destaca ainda que tanto advérbios como adjetivos²² são licenciados pelos traços presentes no núcleo que regem, ou seja, o advérbio entra em uma relação núcleo-núcleo via incorporação com o seu licenciador.

- (47) a) V: V (manner).
 b) INFL: E(vent), AGR(eement).
 c) CP: Speaker (Illocutionary force).

Para o inglês, Travis (1988) afirma que o efeito de transportabilidade através da percolação²³ dá conta do fato de os advérbios poderem ocorrer em qualquer posição ao longo da projeção que licencia o traço do núcleo. Em outras palavras, para X, X' e XP como em (50); *probably* (provavelmente) pode adjungir-se a IP como em (48a), ou a I' como em (48b), ou a I como em (48c), enquanto que *slowly* (vagarosamente) pode adjungir-se a V como em (49a), ou a V' como em (49b), ou a VP como em (49c):

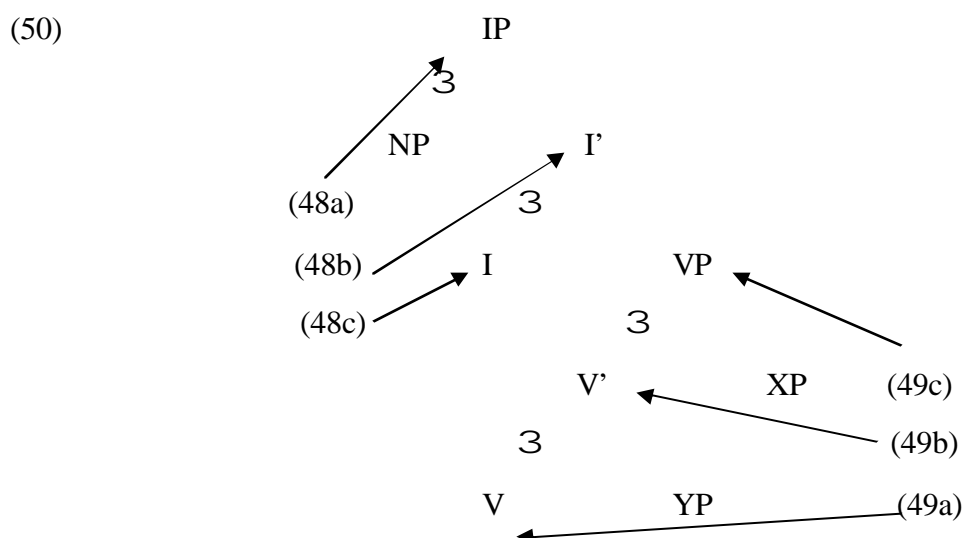
- (48) a) *Probably* George has read the book.
 b) George *probably* has read the book.
 c) George has *probably* read the book.

²² As análises de Travis (1988) feitas a partir do comportamento sintático dos denominados *prenominal adjectives* (adjetivos pré-nominais) não serão tratadas aqui, uma vez que extrapolariam o escopo do presente trabalho. Entretanto, sugerimos ver Travis (1988) para uma leitura mais ampla.

²³ A percolação é uma operação (também conhecida como atração) pela qual o traço que é atraído a uma categoria vem a ser atraído a uma outra categoria mais acima na estrutura (cf. RADFORD, 1999, p. 268).

- (49) a) Mary will have *slowly* put the book on the table.
 b) Mary will have put the book *slowly* on the table.
 c) Mary will have put the book on the table *slowly*.

(cf. TRAVIS, 1988, p. 91-92)



O fato de o advérbio ser considerado como um núcleo encontra respaldo na análise de Costa e Castro (2002, p. 4). Para esses autores, apesar de considerarem que a maior parte dos advérbios são categorias máximas, alguns advérbios exibem um comportamento que os aproxima do de núcleos²⁴, conforme mostram os exemplos em (51):

- (51) a) cá, lá, aqui, então, já.

²⁴ No capítulo 4, apresentamos uma proposta em que os advérbios fracos, de fato, se configuram como pseudo-advérbios, uma vez que seu comportamento sintático é mais restrito do que os verdadeiros advérbios, ou seja, aqueles com terminação em *-mente*. Estes, por sua vez, desfrutam de maior flexibilidade na sentença. No entanto, levantamos algumas observações sobre a natureza morfológica dos advérbios.

Os advérbios supramencionados são classificados, segundo estes autores, como advérbios fracos. Tal classificação tem como decalque a proposta de Cardinalletti e Starke (1994), cuja abordagem contempla os pronomes, que se dividem em dois tipos: fortes e fracos. Essa proposta é então alargada para os advérbios. Costa e Castro (2002) admitem que esses advérbios fracos exibem um comportamento idêntico aos dos pronomes, levando-se em conta o fato de os pronomes possuírem um estatuto nuclear, (cf. exemplo 52) e (53) para o PE:

(52) *Clíticos*:

- a) *Eu o vi.
- a') Eu vi-o.
- b) *Eu me lavo.
- b') Eu lavo-me.

(cf. COSTA e CASTRO, 2002, p. 5)

(53) *Advérbios 'fracos'*:

- a) *Eu lá estive.
- a') Eu estive lá.
- b) *Eu cá venho.
- b') Eu venho cá.

(cf. COSTA e CASTRO, 2002. p. 5)

Com base nos exemplos apresentados, verificamos que, de fato, há uma simetria entre a organização sintática dos pronomes e a do advérbio para o PE. Entretanto, é pertinente sublinhar que tal organização não se apresenta de forma pacífica no PB. O exemplo (52a')

não é gramatical para o PB, enquanto que o exemplo (52b) o é. Com base nisso, não é de se esperar que os advérbios no PB se comportem de igual modo ao PE.

Como então é possível estabelecer uma classificação baseada no comportamento dos clíticos para os advérbios, se aqueles possuem uma assimetria entre o PB e o PE? No que se refere a (52a'), a resposta pode ser apresentada pelo fato de o clítico estar numa posição que também é licenciada para o PB, (54). Entretanto, o mesmo exemplo não pode se espelhar no paradigma em (55):

(54) a) Eu vi *ele*.

b) Eu estive *lá*.

(55) a) Eu *me* lavo.

b) *Eu *aqui* venho.

c) *Eu *lá* compro.

O advérbio na frase (55c) se interpretado como um locativo não é, como observamos, gramatical. Assim, chegamos à hipótese de que esse tipo de advérbio possui características que não correspondem a apenas designador de lugar, como nos mostra o exemplo em (56). Observando ainda o caráter predicativo deste advérbio, verificamos que em (57) por se encontrar numa posição típica de complemento de verbo, ele tem uma leitura ambígua, ou seja, tanto pode ser considerado como um locativo como também um não-locativo. No que se refere a (58), essa ambigüidade é desfeita, tendo em vista que essa frase só oferece a leitura de um locativo :

- (56) Eu *lá* compro roupa velha. (*LOCATIVO/NÃO-LOCATIVO)
 (57) Eu compro *lá* roupa velha. (LOCATIVO/NÃO-LOCATIVO)
 (58) Eu compro roupa velha *lá*. (LOCATIVO/*NÃO-LOCATIVO).

Já alertava Jackendoff (1972) para o fato de os advérbios na posição de auxiliar possuírem leitura ambígua. Uma outra observação faz Jackendoff (1972) ao tratar os advérbios como tendo mobilidade restringida pelo seu caráter argumental (ver seção 3.3), ou seja, elementos selecionados pelo verbo, como podemos verificar nos exemplos supracitados.

Travis (1988) ao estabelecer que o comportamento sintático dos advérbios deve ser analisado partindo do pressuposto de que eles são caracterizados como núcleo, não apresenta um critério de adjunção, i.e., os advérbios podem ser adjungidos à esquerda ou à direita. Isso, porém, traz conseqüências à proposta de Kayne, cuja essência alerta para o fato de não haver adjunções à direita (cf. KAYNE, 1994; CHOMSKY, 1994; COSTA, 1998, entre outros).

A adjunção do advérbio à direita não é viés de análise puramente atribuída à Travis (1988), mas à maioria das abordagens antes de 1994. Bowers (1993) citado por Costa (1998), por exemplo, afirma que se uma categoria pode ser adjungida à esquerda, de igual modo é possível dizer que esta mesma categoria possa ser adjungida à direita, como nos mostra (59):

- (59)
- | | | | |
|--------|----|----|--------|
| | 9 | XP | |
| (AdvP) | XP | | (AdvP) |

Como pudemos verificar ao longo desta seção, a proposta de Travis (1988) ao analisar o advérbio enquanto núcleo peca em alguns aspectos, a saber: o fato de o advérbio não poder formar uma projeção máxima, e, também, por este possuir legitimidade na adjunção à direita.

Na próxima seção, levantaremos algumas análises em que o advérbio é caracterizado como Spec. Com isso, verificaremos quais as vantagens e as desvantagens desse tipo de proposta.

3.4.2 O advérbio enquanto Spec

Como vimos na seção anterior, em que lingüistas como Travis (1988) e Jackendoff (1977) seguem a perspectiva de adotar o advérbio como núcleo e, com isso, caracterizá-lo numa relação núcleo-núcleo, outros lingüistas seguem outra linha de análise (cf. LAENZLINGER, 1993, 1998; ALEXIADOU, 1997; CINQUE, 1999), cujas propostas enveredam por uma análise do advérbio como sendo E(spec)ificador²⁵.

A motivação básica da análise do advérbio como Spec é o chamado efeito da seqüência relativa dos advérbios. *A priori* procuraremos apresentar a relativa ordem elaborada por Cinque (1999) e, por conseguinte, verificaremos se esta proposta explica os dados ao PB.

3.4.2.1 A seqüência relativa dos advérbios

Muitos lingüistas, desde Jackendoff (1972), têm se dedicado à ordem dos advérbios no que se refere a sua seqüência relativa (TRAVIS, 1988; ALEXIADOU, 1977, CINQUE, 1995, 1999, entre outros), mas foi Cinque (1999) que produziu o mais elaborado quadro sobre a ordem relativa dos advérbios.

Cinque (1999) percebe que os advérbios orientados para o falante como *honestamente*, *francamente*, *sinceramente*, que qualificam a declaração do falante, precedem advérbios avaliativos como *(in)felizmente*, *afortunadamente*, *lamentavelmente* como nos mostram os

²⁵ Para Haider, analisar o advérbio enquanto portador de uma posição de especificador não captura seu comportamento sintático. Segundo ele, os advérbios não se comportam como se ocupassem uma posição de spec, com base em evidências empíricas. Para mais argumentos contra a posição de Spec dos advérbios, ver Haider (2004).

exemplos em (60), e que por seu turno precedem advérbios de evidência como *evidentemente*, *supostamente*, *obviamente*, *claramente* ilustrados em (61):

(60) a) *Honestly* I am *unfortunately* unable to help you.

“*Honestamente* Eu estou *infelizmente* impossibilitado de ajudá-lo”.

b) **Unfortunately* I am *honestly* unable to help you.

(61) a) *Fortunately* he had *evidently* had his own opinion of the matter.

“*Felizmente* ele tinha *evidentemente* tido sua própria opinião do problema”.

b) **Evidently* he had *fortunately* had his own opinion of the matter.

(cf. KIM, 2000, p. 469)

Ao compararmos o exemplo (60a) ao equivalente em PB, verificamos que essa frase só é possível com uma pausa, ou em *honestamente* ou em *infelizmente*, como mostra (62). Por sua vez, o exemplo (63a), em que os advérbios de evidência, como *claramente*, precedem os advérbios epistêmicos, como *provavelmente*, possui outros dois advérbios *rapidamente* e *perfeitamente*, causando, por essa razão, o estranhamento da frase para o PB. Portanto, é mais fácil propor uma análise da ordem relativa dos advérbios no inglês, uma vez que a co-ocorrência entre os advérbios é perfeitamente aceitável, do que no PB, logicamente que apenas em determinados casos, como pudemos averiguar nos exemplos apresentados²⁶.

²⁶ Sérgio Menuzzi (comunicação pessoal) oferece a frase em (i) para afirmar que podemos obter frases com seqüência de advérbios terminados em *-mente*. Sendo assim, dessa forma, compartilhamos da mesma idéia, uma vez que se houver problemas na frase em destaque, esses serão meramente de eufonia, e não de sintaxe:

(i) *Obviamente* o João *difícilmente* irá aprender *rapidamente* francês *perfeitamente*.

- (62) a) *Honestamente*, Eu estou *infelizmente* impossibilitado de ajudá-lo.
 b) *Honestamente* Eu estou, *infelizmente*, impossibilitado de ajudá-lo.

- (63) a) *Clearly*, John *probably* will quickly learn French perfectly.
 “???Claramente, o João *provavelmente* irá rapidamente aprender Francês
 perfeitamente”.
 b) **Probably*, John *clearly* will *quickly* learn French perfectly.

(cf. KIM, 2000, p. 469)

Partindo dos exemplos supracitados, Cinque (1999) afirma que os advérbios pré-verbais do inglês são divididos em advérbios baixos e advérbios altos, e, entre os altos, os orientados para o falante precedem aqueles que são orientados para o sujeito. Os advérbios orientados para o falante estão ordenados em (63):

- (64) a) Domain adverbs: *politically, legally*
 b) Pragmatic adverbs: *frankly, sincerely, honestly*
 c) Evaluative adverbs: *luckily, fortunately, happily*
 d) Modal adverbs: *probably, presumably*
 e) *perhaps*

(cf. CINQUE, 1999, p. 11)

Com base no exposto acima, Cinque (1999) afirma que os advérbios avaliativos em (64c) seguem os advérbios pragmáticos em (64b), que também são chamados de “illocutionary adverbs” (cf. VENDLER, 1984) ou de “speech act adverbs” (cf. ROBERTS, 1985):

(65) a) *Frankly* I have *unfortunately* a very bad opinion of you.

“*Francamente* eu tenho *infelizmente* uma má opinião de você”.

b) **Unfortunately* I have *frankly* a very bad opinion of you.

(cf. CINQUE, 1999, p. 12)

3.4.2.2 A hierarquia universal das projeções funcionais: uma proposta de ordenamento dos advérbios (Cinque, 1999)

Para Cinque (1999), existe apenas um especificador por XP, ou seja, não poderá haver adjunções adicionais. A única variação considerada por ele está na morfologia. Cinque acrescenta ainda que as posições de superfície pré ou pós participios passados se devem a movimentos suplementares destes verbos e não dos advérbios. Um exemplo que apresenta a favor desta idéia diz respeito à ordem relativa de advérbios e quantificadores que, segundo ele, é fixa²⁷ (cf. GONZAGA, 1997, p. 65). Entretanto, Cinque (1999) admite a hipótese de que algumas posições dos advérbios não são fixas, mas antes são posições resultantes do movimento de alguns advérbios que considera “leves” (*movement of light elements*).²⁸

Cinque (1999) argumenta que a hierarquia dos advérbios e dos núcleos funcionais parte sistematicamente da esquerda para a direita. Com base nisso, ele propõe que cada advérbio é o Spec da frase projetado pelo morfema do núcleo funcional correspondente. Como podemos perceber em (66), as posições de Spec das projeções funcionais estão preenchidas com advérbios:

²⁷ Para argumentos contrários à proposta de analisar o advérbio como obtendo posição fixa na projeção funcional, ver Costa (1998).

²⁸ Bobaljik (1999) apresenta dois possíveis paradoxos existentes na análise de Cinque (1999), um deles aponta para a relação núcleos verbais e advérbios e o outro é relacionado às projeções DP. Para Bobaljik, a sintaxe encarada de modo multidimensional e, até certo ponto, análoga à fonologia autosegmental poderá dar conta da hierarquia proposta por Cinque (op. cit.), uma vez que, para Bobaljik, devem haver múltiplas hierarquias.

| | | |
|------|---------|--------|
| (67) | T | AgrS |
| | AgrO | Asp |
| | Mood | Voice |
| | Clictic | Neg |
| | Pol | Pred |
| | S | Be |
| | Num | Gender |
| | Color | Event |
| | Have | |

Grimshaw (1991), citada por Costa e Gonçalves (1999), tem uma visão totalmente diferente de Cinque. Para ela, categorias funcionais não são universalmente nem uniformemente projetadas, afirmando ainda que categorias funcionais não devem ter um status autônomo. Elas são extensões de categorias lexicais, e são projetadas se realmente necessárias (cf. COSTA e GONÇALVES, 1999).

Com base nisso, devemos seguir o que pontua Costa e Gonçalves (1999), que se categorias funcionais de uma sentença são somente projetadas quando há um núcleo lexical, então a ocorrência dos advérbios depende da existência de núcleos lexicais. Se há somente um núcleo lexical, há, por essa razão, um lugar de adjunção. Nesse caso, múltiplos advérbios são forçados a serem coordenados, conforme (68):

(68) a) O Paulo lê *frequentemente* e *simpaticamente* o livro à avó.

(cf. COSTA e GONÇALVES, 1999, p. 67)

3.4.2.3 Uma proposta de reestruturação do modelo X-barra e o critério-Adv (Laenzlinger, 1993, 1998)

Laenzlinger (1998) focaliza sua análise na distribuição estrutural dos AdvPs, alegando que os advérbios dispõem de uma distribuição bem mais livre do que os argumentos verbais, isto é, sujeito e objeto(s). Para corroborar sua análise, ele apresenta os exemplos do francês contidos em (69), afirmando que um advérbio comparado com um argumento pode ocupar várias posições:

- (69) a) (^{OK}*Souvent*.) Jean (^{OK}*souvent*) a embrassé (^{OK}*souvent*) Marie (^{OK}*souvent*).
 (*Freqüentemente*) o João (*freqüentemente*) tem beijado (*freqüentemente*) a Maria (*freqüentemente*).
- b) (*Marie) Jean a (*Marie) embrassé (^{OK}Marie).
 (Maria) o João tem (Maria) beijado (Maria).

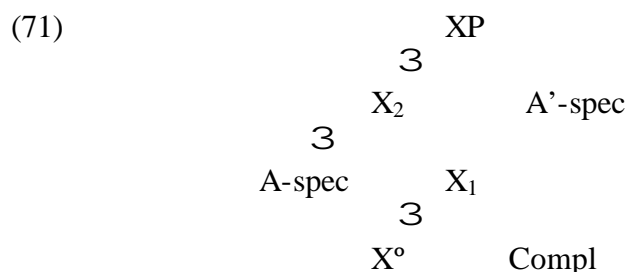
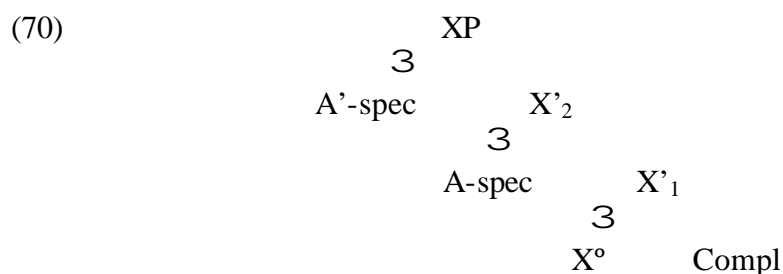
(cf. LAENLINGER, 1998, p. 37)

Partindo disso, Laenzlinger (1998) mostra que a presença opcional e a distribuição dos advérbios dentro da sentença são condicionadas precisamente por princípios definidos, no mesmo sentido em que a ocorrência obrigatória e a distribuição dos argumentos em torno do seu predicado são regidos pelo critério-? e pelo Princípio de Projeção.

Comungando do que propõem Cinque (1997) e Alexiadou (1997), Laenzlinger (1998) também assume o advérbio como ocupante de uma posição de Spec de uma determinada estrutura. Entretanto, esse autor argumenta a favor do que ele chama de “enriquecimento do esquema-X”, pois, para ele, só há duas formas de explicar o posicionamento do advérbio: ou

por esse enriquecimento, ou pela multiplicação de categorias funcionais na sentença. Ele adota a primeira opção.

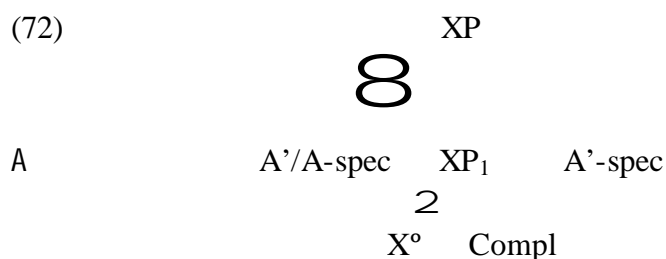
O enriquecimento parte da proposta de se adotar uma estrutura X' com duas posições de especificadores: um A'-spec e um A-spec representados nos esquemas em (70) e (71). O A'-spec é livre quanto ao seu posicionamento, ou à esquerda, como (70), ou à direita³⁰ como em (71). Entretanto, assumindo com Kayne (1994), ele alega que a posição destinada ao A-spec só pode ser atracada à esquerda:



O que se pode depreender das estruturas acima é que, para Laenzlinger (1998), o A'-spec é licenciado pelos traços-A' associados com o núcleo da projeção, como, por exemplo, os traços de operadores: wh, top, foc, neg. O A-spec, por sua vez, é licenciado pelos traços-A do núcleo, por exemplo, os traços- \emptyset . Essa proposta favorece o fato de os dois tipos de traços co-ocorrerem no mesmo núcleo, uma vez que a projeção suporta dois Specs. Entretanto, se o

³⁰ Para Kayne, 1994; Chomsky, 1994; Costa, 1998, entre outros, não é mais permitida a adjunção à direita.

núcleo contiver apenas um tipo de traço, apenas um especificador será realizado, como (72) (cf. LAENZLINGER, 1998, p. 76):



Elaborado o esquema estrutural ideal, em que a posição A'-spec é sempre destinada ao advérbio, Laenzlinger (1998) adaptando o Critério de Licenciamento Generalizado de Sportiche (1992) em (73), cria o critério-Adv em (74), cuja função é estabelecer um princípio formal legitimador da distribuição dos advérbios. Sua adaptação baseia-se na primeira condição do Critério de Sportiche (1992), tendo em vista que seu objetivo é analisar os advérbios livres/adjuntos e não selecionados pelo verbo:

(73) *Critério de Licenciamento Generalizado*³¹:

- (i) Um núcleo [+F] deve estar numa relação Spec-Head com um XP [+F].
- (ii) Um XP [+F] deve estar numa relação Spec-Head com um núcleo [+F].

(74) *Critério-Adv*:

- (i) Um sintagma adverbial (ADVP) [+F] deve estar numa configuração Spec-Head com um núcleo (X^o) [+F].³²

³¹ A tradução foi feita por Manuela Gonzaga (1997).

³² A [+F] adverbial phrase must be in a Spec-Head configuration with a [+F] X^o. (cf. LAENZLINGER, 1998, p. 86).

O critério-Adv, entretanto, não será aplicado a todos os advérbios, uma vez que Laenzlinger (1998, p. 84) distingue os advérbio em dois tipos: advérbios quantificadores (75) e advérbios qualificadores (76), estabelecendo, por essa razão, que os advérbios quantificadores estão sujeitos ao critério-Adv, enquanto que os advérbios qualificadores estão sujeitos à Teoria da Checagem:

(75) *Quantifier adverbs*: adverbs which assign quantificational value to a variable typically aspectual, negative, quantificational, and focalizing adverb.³³

(76) *Qualifier adverbs*: adverbs which assign qualification value to a variable, typically temporal, local, and manner adverbs.³⁴

3.4.2.3.1 Para uma tipologia dos advérbios

Laenzlinger (1998, p. 42) apresenta uma tipologia bastante rica, ilustrada em (86), que irá auxiliá-lo na análise sobre o posicionamento do advérbio. Essa terminologia tem como base, segundo ele, as propostas de Jackendoff (1972), Bellert (1977) e Ernst (1984):

(77)

? Sentence adverbs

1. Pragmatic adverbs:

a) Evaluative adverbs: *fortunately/felizmente*

b) Conjunctive adverbs: *however/entretanto*

³³ Advérbios quantificadores: advérbios que nomeiam valores quantificacionais a uma variável tipicamente aspectual, negativa, quantificacional, e advérbio focalizador. (tradução nossa).

³⁴ Advérbios qualificadores: advérbios que nomeiam valor de qualificação a uma variável, tipicamente de tempo, de lugar, e advérbios de modo. (tradução nossa).

- c) Formal adverbs: *precisely/precisamente*
 - d) Speaker-hearer oriented adverbs: *frankly/francamente*
 - 2. Domain adverbs: *logically/logicamente*
 - 3. Modal adverbs: *probably/provavelmente*
 - 4. Subject-oriented adverbs:
 - a) Passive-sensitive adverbs: *deliberately/deliberadamente*
 - b) Agent-oriented adverbs: *violently/violentamente*
 - 5. Event adverbs:
 - a) Time adverbs: *yesterday/ontem*
 - b) Location adverbs: *here/aqui*
 - 6. Aspectual adverbs:
 - a) Frequency adverbs: *frequently/freqüentemente*
 - b) Motion adverbs: *slowly/lentamente*
- ? VP adverbs:
- 1. Aspectual adverbs:
 - a) Positive/assertive adverbs: *always/sempre, truly/verdadeiramente*
 - b) Quantificational adverbs: *much/muito, enough/bastante*
 - c) Degree adverbs: *almost/quase, hardly/difícultosamente*
 - 2. Circumstantial (manner/instrument/result...) adverbs:
 - a) Verb-oriented adverbs: *correctly/corretamente*
 - b) Object-oriented adverbs: *entirely/completamente, heavily/pesadamente*

A par dessa tipologia, Laenzlinger (1998, p. 88) propõe uma hierarquia dos advérbios baseada nos moldes propostos por Cinque (1997), como podemos averiguar em (78). Os traços associados com a distinção dos núcleos para o licenciamento dos advérbios estão em (79):

(78) [CP Adv_{modal} [TP Adv_{event} [AspP/IP Adv_{frequency} [AspP/VP Adv_{quantf.} [VP Adv_{manner}]]]]]].

(79) [CP C^o (*truthvalue*) [TP T^o (*event*) [AspP/S Asp^o (*process / state*) [AspP/VP Asp^o [VP V^o (*activity*)]]]]]].

Em suma, o que Laenzlinger (1998, p. 74) propõe é uma abordagem mais radical da inserção dos advérbios na estrutura da frase pela exclusão da adjunção de XP (AdvP) a YP (VP, TP, CP, etc). Para ele, “The only option available is the insertion of adverbs (by Merge) as specifiers into the projection over which they have scope”.

3.4.2.3.2 Problemas

Para Laenzlinger (1998), os advérbios modais, como *provavelmente*, são licenciados pelo critério-Adv numa aposição Spec-A',CP. Pois, segundo ele, os advérbios modais predicam sobre o valor de verdade da sentença, o que, em geral, pensa-se estar em C^o. Entretanto, estabelecida a posição desses advérbios em LF, nada impede que ele possa ocorrer em diversas posições em estrutura-S (cf. GONZAGA, 1997, p. 72):

- (80) a) John has *probably* read Chomsky's book.
 b) *Probablement*, Jean a lu le livre de Chomsky.
 c) Jean a lu le livre de Chomsky, *probablement*.

d) Jean, *probablement*, a lu le livre de Chomsky.

e) Jean lit *probablement* le livre de Chomsky.

f) Jean a *probablement* lu le livre de Chomsky.

g) Jean a lu *probablement* le livre de Chomsky.

(cf. LAENZLINGER, 1993, *apud* GOZAGA, 1997, p. 72)

Gonzaga (1997), ao analisar o aspecto sintático dos advérbios no PE, afirma que Laenzlinger (1993) não apresenta uma forma de derivar as várias posições de superfície que estes advérbios podem ocupar, como também não aponta características que possam explicar contrastes do francês e do PE em relação à posição pré-verbal e à posição entre o auxiliar e o particípio passado:

(81) a) Jean a *probablement* lu le livre de Chomsky.

(cf. LAENZLINGER, 1993 *apud* GONZAGA, 1997)

b) O João tinha *provavelmente* lido o livro do Chomsky.(OKPB/??PE)

(cf. GONZAGA, 1997, p. 73)

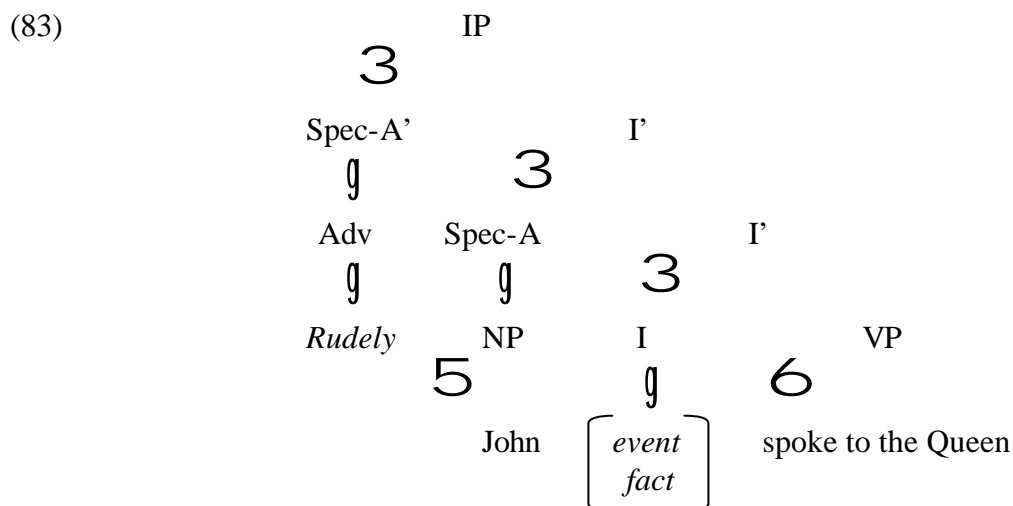
Ela ainda acrescenta que se na frase (81b) cair sobre o advérbio um acento de intensidade, a frase é totalmente gramatical. Nesse caso, podemos afirmar que o PB se encontra em sintonia com o francês e em assimetria com o PE, uma vez que é admitida a posição do advérbio em (81b) para o PB. No que se refere à posição pré-verbal (ou pré-auxiliar), o PB e o PE contrastam com o francês, como mostra (82):

(82) a) O João *provavelmente* tinha lido o livro do Chomsky. (OKPB/OKPE)

b) *Jean *probablement* lit le livre de Chomsky.

(cf. GONZAGA, 1997, p. 73)

Sobre os advérbios orientados para o sujeito, Laenzlinger (1993, p. 44) *apud* Gonzaga (1997, p. 74) argumenta que esse tipo de advérbio predica³⁵ sobre o sujeito ou agente e sobre uma variável EVENTO, que se encontra, possivelmente, em I^o, por essa razão, a posição mais provável para este tipo de advérbio é em Spec-A',IP, como nos mostra (83):



Na posição Spec-A',IP, encontram-se também os advérbios de tempo e de lugar, cujo núcleo dispõe de traços semânticos relevantes, pelo menos em LF. Entretanto, a posição que estes advérbios ocupam na estrutura-S é bem mais variada e distinta da posição em LF, onde o autor assume que se aplica o critério-Adv. Gonzaga (1997) argumenta que a aplicação da hipótese de Laenzlinger (1993) se dá apenas no inglês, mostrando que a análise é demasiadamente fraca.

³⁵ Para Laenzlinger (1993), os advérbios orientados para o sujeito (*rudely*, *intentionally* etc) submetem-se a duas condições: o critério-Adv e o princípio de predicação.

Segundo ele, existem algumas diferenças entre os advérbios de tempo: *yesterday* (ontem) e *recently* (recentemente). Com base nisso, Gonzaga (1997) faz algumas comparações entre o inglês em (84) e o PE em (85):

- (84) a) *Yesterday* John read Chomsky's book.
 b) John read Chomsky's book *yesterday*.
 c) *John has *yesterday* read Chomsky's book.
 d) John has *recently* read Chomsky's book.

(cf. LAENZLINGER, 1993 *apud* GONZAGA, 1997)

- (85) a) *Ontem* o João leu o livro de Chomsky. (OKPB/OKPE)
 b) O João leu o livro do Chomsky *ontem*. (OKPB/OKPE)
 c) O João tinha *ontem* lido o livro de Chomsky. (OKPB/*PE)
 d) O João tinha *recentemente* lido o livro de Chomsky. (OKPB/??PE)

Como podemos observar nos exemplos acima, o PB parece se distinguir do PE, quanto ao posicionamento do advérbio de tempo. Em (85c) e em (85d), é possível a posição entre o auxiliar e o particípio no PB. Para o inglês, o advérbio *yesterday* (ontem) não pode estar nesta posição, o mesmo se pode dizer para o PE. O que se verifica, então, é que, no PB, os advérbios de tempo não sofrem comportamentos sintáticos distintos entre eles.

A assimetria entre o PB e o francês também pode ser constatada nos exemplos em (86), em que os advérbios qualificadores movem-se depois de ter checado seus traços no nível do traço t_i , porque seu licenciamento também é feito, em partes, pela Teoria da Checagem, contrastando, assim, com os advérbios quantificadores em (87), uma vez que estes não podem

mover-se a uma posição de tópico ou foco, depois de ter satisfeito o critério-Adv. (no nível de t_i):

(86) a) *Attentivement*_i, j'ai t_i lu tous ces livres.

Cuidadosamente, Eu tenho lido todos estes livros.

b) C'est *récemment*_i qu'il achèva t_i sa thèse.

É *recentemente* que ele completou sua tese.

(cf. LAENZLINGER, 1998, p. 88)

c) *É *recentemente* que ele completou sua tese.

d) *Recentemente* ele completou sua tese.

(87) a) **Beaucoup*_i, j'ai t_i apprécié ces livres.

Muito Eu tenho apreciado estes livros.

b) *C'est *probablement*_i que t_i tu as vu Marie.

É *provavelmente* que você tenha visto Maria.

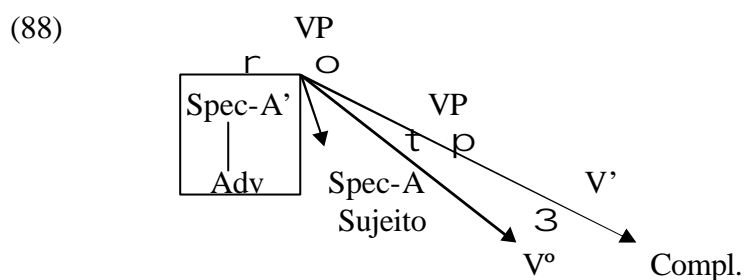
(cf. LAENZLINGER, 1998, p. 87)

c) *É *provavelmente* que você tenha visto Maria.

d) *Provavelmente* você tenha visto Maria.

Em relação aos advérbios tradicionalmente denominados de VP, Laenzlinger (1998) argumenta em favor de se adotar a posição Spec-A',VP, que satisfazem o critério-Adv numa relação Spec-Head com o núcleo verbal, com base nisso, devemos assumir que esse núcleo além dos traços de natureza verbal, também carregam traços com relação ao complemento e ao sujeito, tendo em vista, que assim poderemos obter leituras orientadas para o sujeito e para o objeto. Para tanto, uma alternativa a essa hipótese é considerar que o critério-Adv seja

satisfeito em estrutura-P antes de qualquer movimento para fora de VP. Assim sendo, um advérbio em Spec-A',VP pode ter uma interpretação orientada para cada uma das posições que ocorrem dentro do VP:



Uma das principais questões teóricas à proposta de Laenzlinger (1993, 1998) faz alusão à posição Spec-A', ou mais especificamente, sobre a relação Spec-A' e o X^o, pois entre eles interpõe-se o Spec-A.

Em suma, a proposta de Laenzlinger (1998) baseia-se num mecanismo de licenciamento formal que regula a distribuição dos advérbios dentro da sentença. Para ele, advérbios funcionam como operadores e ocupam a posição Spec-A', distinguindo, assim, advérbios quantificadores, sujeitos ao critério-Adv, de advérbios qualificadores, sujeitos à Teoria da Checagem. Embora ambos os princípios de licenciamento requeiram que os advérbios ocorram em uma relação Spec-Head com o núcleo carregando o traço semântico apropriado, eles diferem no sentido de que o critério-Adv é satisfeito no fim da derivação, enquanto que a Teoria da Checagem deve ser satisfeita durante a derivação.

3.4.3 O advérbio enquanto complemento

Nesta seção, apresentaremos propostas cujo cerne principal baseia-se numa visão analítica destinada a assegurar a distribuição dos advérbios na posição de complemento (cf. McCONNELL-GINET, 1982; LARSON, 1988, 1990; RIVERO, 1992).

Ao analisar o advérbio como complemento, parte-se do pressuposto de que ele é subcategorizado pelo verbo, assim como assume Jackendoff (1972) ao citar os exemplos (89), (90) e (91),³⁶ em que não pode haver a opcionalidade do advérbio nestas frases, tendo em vista que as formas verbais exigem a presença do advérbio para completar a sua significação:

(89) John worded the letter **(carefully)*.

(90) Steve dresses **(elegantly)*.

(91) The job paid us **(well)*.

(cf. JACKENDOFF, 1972, p. 64)

Para Samara (1986), o motivo das frases supracitadas serem agramaticais quando não há o advérbio é baseado em fatores que fogem à proposta de Jackendoff. Em (89), por exemplo, o verbo *dress* (vestir) tem acepções diferentes, de modo que obteríamos duas interpretações: a de *por roupa*, ou a de *arrumar-se*. Para ela, o problema só se instaura porque não há um objeto direto explícito, provocando, assim, a dúvida entre as duas interpretações, por essa razão, ela apresenta os exemplos (92) e (93) para desfazer o desentendimento, tornando as frases inteiramente gramaticais³⁷:

³⁶ Segundo a numeração do presente trabalho.

³⁷ Para corroborar sua análise, a autora utiliza dois dicionários de inglês em que há frases deste tipo, como em (i) e (ii):

- (i) I'll be ready in a moment. I'm dressing.
- (ii) How long does it take you to dress (yourself)?

(92) Baby dresses himself.

(93) Steve dresses his children.

(cf. SAMARA, 1986, p. 23)

Quanto à frase (89), a agramaticalidade parece estar apontada por algo, segundo a autora, óbvio demais, ou seja, cartas são expressas por meio de palavras, apresentando um exemplo em que não se precisa do advérbio, como mostra (94)³⁸:

(94) a) This five years old child has been sending letters to his father with drawings and signs. Yesterday, however, for the first time, *he worded his letter*.

(cf. SAMARA, 1986, p. 23)

No que tange à frase (91), o estranhamento da frase pode ser explicada pelo fato do NP sujeito *job* (emprego) não apresentar seres animados como acontece com os nomes *firma* e *companhia*, em (95), impedindo assim a interpretação do verbo *pay* (pagar) na sua acepção mais comum, a de *embolsar alguém do que lhe é devido* (cf. SAMARA, 1986, p. 24). Ela, então, oferece os exemplos (95a), (95b) e (95c)³⁹:

(95) a) The firm has paid us.

b) You must pay what you owe me.

c) The company will pay you.

(cf. SAMARA, op. cit.)

³⁸ Não obedece à numeração original.

³⁹ Idem nota 38.

O fato é que para o PB torna-se impossível admitir que há advérbios licenciados para a posição de complemento. Todos os exemplos apresentados para o inglês, desse tipo de licenciamento, parecem falhar quando aplicados ao PB.

Kim (2000) afirma haver vários verbos que selecionam lexicalmente um *adverbial*⁴⁰. Para ele, verbos de situação e de comportamento são os mais conhecidos, como mostram os exemplos em (96):

- (96) a) He behaved *(awful).
 b) John resides *(close to my house).
 c) John dresses *(well).

(cf. KIM, 2000, p. 477)

A subcategorização é apresentada em (97)–(100) por Kim (2000) como forma de ilustrar que os advérbios também são selecionados por um predicado:

- (97) a) John has worded the letter *carefully*.
 b) *John has *carefully* worded the letter.
- (98) a) John learned French *perfectly*.
 b) *John *perfectly* learned French.
- (99) a) Bill recited his lines *poorly*.
 b) *Bill *poorly* recited his lines.

⁴⁰ Há uma diferença sutil no inglês entre *adverb* e *adverbial*. O termo *adverb* é a categoria de palavra que tipicamente indica modo ou grau (cf. RADFORD, 1999, p. 252). Enquanto que *adverbial* refere-se a todo elemento ou locução com valor de advérbio.

- (100) a) Mary played the violin *beautifully*.
 b) *Mary *beautifully* played the violin.

(cf. KIM, 2000, p. 478)

Como já fora dito, os exemplos supramencionados não encontram respaldo para o PB, uma vez que podemos observar que as frases contidas na variante (b) são todas aceitáveis para esta língua, como se verifica abaixo⁴¹:

- (101) ?O João tem *cuidadosamente* formulado a carta.
 (102) ?O João *perfeitamente* aprendeu francês.
 (103) ?O Bill *pobremente* recitou seus versos.
 (104) ?A Maria *belamente* tocou o violino.

Um outro exemplo apresentado por vários autores (cf. RADFORD, 1982, ALEXIADOU, 1997, entre outros) sobre o fato de o advérbio ser subcategorizado pelo verbo é apresentado em (105).

- (105) a) Pat behaved *(*rudely*) to John.
 b) Pat treated John *(*badly*).

(cf. CINQUE, 2002, p. 8)

⁴¹ Talvez essas frases sejam mais bem aceitas se recair um acento prosódico sobre o advérbio, como em (i) e (ii), por exemplo:

- (i) O Bill *POBREMENTE* recitou seus versos.
 (ii) A Maria *BELAMENTE* tocou o violino.

Entretanto, para Cinque (2002) o fato de o advérbio ter caráter obrigatório nestas frases é meramente aparente. Para corroborar sua afirmação, ele apresenta o exemplo em (106) em que o advérbio é substituído por um PP:

(106) [I treated [John [v *with respect*]]].

(cf. CINQUE, 2002, p. 8)

Estabelecendo um paralelo com o PB, podemos afirmar que a ausência do advérbio nessas frases não provocaria agramaticalidade, ou seja, ele não é subcategorizado pelo verbo e, assim sendo, não podemos atribuir-lhe caráter de complemento. Como podemos averiguar em (107) abaixo:

(107) a) A Pat comportou-se com o João.

b) A Pat tratou o João.⁴²

Os exemplos apresentados logo acima ilustram a deficiência que esta abordagem apresenta para o PB. Tendo isso como pressuposto, nosso ponto de vista se distancia do de McConnell-Ginet (1982) cuja proposta prevê o advérbio como argumento do verbo, os rotulados *Ad-verbs*, que são, por essa razão, licenciados através da Teoria-?, numa visão similar a Larson (1988), (1990) e Stroik (1992). Estes últimos argumentam a favor de os advérbios serem complementos íntimos de V.⁴³

Para Stroik (1992), advérbios temporais e locativos, incumbidos da tarefa de modificar Vs, devem estar dentro da projeção do núcleo, como em (108). Por outro lado, os advérbios de modo que modificam VPs devem estar na posição de adjunto da projeção, uma vez que

⁴² Para uma breve discussão sobre essa sentença, ver nota (14).

⁴³ Para uma leitura mais acurada deste fato, recomendo a leitura de Stroik (1990), (1992), Rivero (1992), entre outros.

estes últimos são constituintes de VP *par excellence* e não são governados pelo verbo, como mostra (109):

(108) [VP V NP ADV]

(109) [VP V NP] ADV]

Rivero (1992) identifica duas classes sintáticas do advérbio no grego moderno: a) aqueles que são internos a VP, similar a NP-complementos na representação sintática em (110), e podem formar um complexo com o verbo pelo processo sintático conhecido como Incorporação, como em (110b), com o advérbio ocorrendo estritamente antes do verbo, formando, com isso, uma unidade:

(110) a) I María tha to girísi anápoda. (interno à VP)

A Maria vai-AUX o-ACC virar de cabeça pra baixo.

b) I María tha to anapodo-girísi. (incorporação)

A Maria vai-AUX o-ACC de cabeça para baixo girar

“A Maria vai virá-lo de cabeça pra baixo”.⁴⁴

Rivero (1992) baseia sua análise da incorporação dos advérbios na proposta de Baker (1988a), a saber, a Teoria Geral da Incorporação, que prevê, entre outras abordagens, a Incorporação dos NPs e a Incorporação dos PPs. Com isso, Rivero alarga essa proposta para os advérbios. Entretanto, não nos deteremos nessa discussão.

⁴⁴ O exemplo que a autora oferece do grego não pode ser alargado para PB, tendo em vista que nesta frase trata-se de um PP e não de um AdvP.

Como pudemos perceber, não há possibilidades de analisar o advérbio como complemento no PB, principalmente pelo fato de essa posição ser ainda muito pouco explorada na literatura. De acordo com Kim (2000), para a língua inglesa os advérbios são analisados como adjuntos se estes estiverem em uma posição pré-verbal, enquanto que se estiverem em posição pós-verbal são analisados como complementos.

Por essa razão, a próxima seção irá tecer algumas observações sobre a proposta de conceber a posição do advérbio como adjunto, que para nós e muitos lingüistas, inclusive Chomsky (1986, 1995, 1998, 1999), parece ser o melhor viés de análise para dar conta da distribuição e das restrições de posições do advérbio, apesar de algumas falhas que esse tipo abordagem oferece.

3.4.4 O advérbio enquanto adjunto

Para muitos lingüistas (cf. CHOMSKY, 1986, 1995, 1998, 1999; COSTA, 1998, 2004; ERNST, 2004, entre outros) o advérbio encontra-se em uma posição adjunta, o que em outras palavras quer dizer que não são lexicalmente selecionados por um predicado ou que não aparecem obrigatoriamente numa sentença.

Para Kim (2000), os advérbios devem ser tratados como adjuntos apenas em alguns casos, a saber, advérbios pré-verbais, enquanto que os advérbios pós-verbais devem ser admitidos como complementos ou especificadores. Entretanto, para Costa (1998), os advérbios são apenas adjuntos, assumindo, com isso, que só pode haver adjunção à esquerda, para tanto, levanta uma série de argumentos e evidências empíricas para corroborar tal afirmação.

Costa (1998) toma como fonte diagnóstica o advérbio ambíguo, ou seja, aquele que pode ter leitura orientada para o sujeito, ou leitura de modo, como nos mostra o exemplo em (111):

(111) a) John *carefully* spoke to his mother.

“O João *cuidadosamente* falou para sua mãe”.

(cf. GONZAGA, 1997, p. 79)

O exemplo acima, como já fora explanado na seção (3.2.1.2), poderá ter as paráfrases em (112a) e (112b) abaixo:

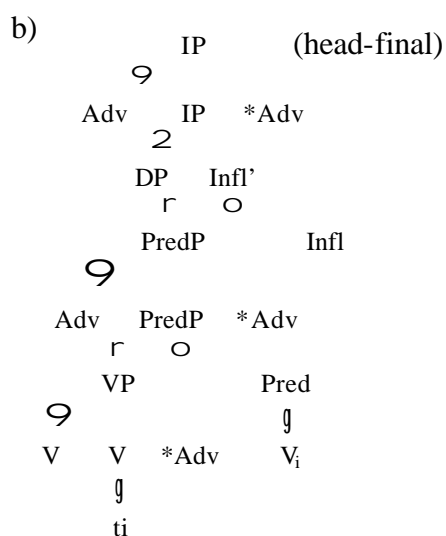
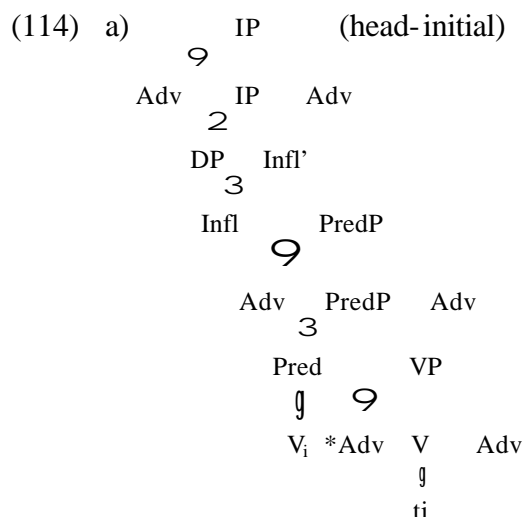
(112) a) O João foi cuidadoso ao falar para sua mãe. (orientada para o sujeito)

b) O João falou para sua mãe *cuidadosamente*. (modo)

Segundo Ernst (2004, p. 760), os advérbios podem adjungir-se de acordo com os princípios sumarizados em (113) e esquematizado em (114):

(113) a) Head-initial languages: adverbial adjoin to the left or right functional projections; Adverbials adjoin to the right (only) in lexical projection.

b) Head-final languages: adverbials adjoin to the left (only) in all projections.

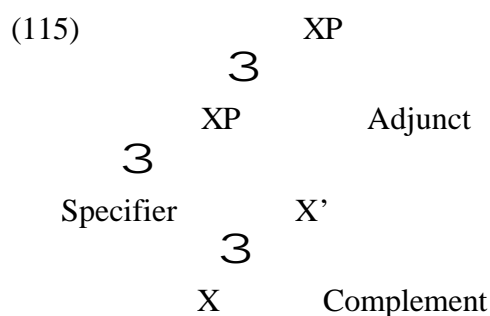


Como verificamos, a simples opção de conceber o advérbio como adjunto não é suficiente. Segundo Ernst (2004), é preciso saber se a língua em questão é de núcleo inicial ou final. Com base nisso, podemos constatar quais as restrições de adjunção, como ilustrada em (113) e (114). De certa forma, Ernst (2004) assume que há adjunção à direita, procedendo, com base nisso, de maneira contrária ao que assume Chomsky (1994), Kayne (1994), Costa (1998), entre outros.

O termo adjunto é assumido numa visão minimalista como elemento que é de alguma forma incorporado à sentença, mas não por via de checagem de traços (ver 2.3.3). Sobre isso Adger (2004, p. 111) nota que:

The term adjunct is not a term for categories, but rather a term for syntactic objects which occupy a particular position in the tree, much like the terms complement and specifier. Adjuncts may be of all sorts of categories. We will see that Adjectives and their AP projection may function as adjuncts in nominal phrase, and that PPs may function as adjuncts in both NPs and VPs. The category for the adjuncts (19) and (20) (*constantly* and *happily*) is **Adverb** (abbreviate **Adv**). (grifos do autor)

Adger admite que o mecanismo pelo qual os adjuntos são incorporados à sentença é ainda um tópico principal de pesquisa. Ele assume uma posição conservadora sobre isso: adjuntos, para ele, são irmãos de nós máximos, como apresentado pela configuração arbórea em (115):



(cf. ADGER, op cit.)

Com podemos observar, uma questão surge: o que motiva a integração de um adjunto dentro de uma sentença? Segundo Adger (2004), os adjuntos não são incorporados em uma sentença pela operação *Merge*, pois, segundo ele, essa operação só é aplicada quando desencadeada pela checagem de traços. Portanto, ele assume que há uma outra operação básica, a saber, a operação **Adjoin**, e que, ao contrário de *Merge*, não precisa ser motivada. A adjunção, acrescenta ele, é algo que insere um objeto sintático dentro de outro, isto é, não cria um novo objeto, mas simplesmente expande, estirando sua camada externa em duas partes e inserindo o objeto adjungido entre eles, conforme (116):

$$(116) \quad \begin{array}{ccc} & & \text{XP} \\ & \text{3} & \\ & \text{XP} & \text{YP} \end{array}$$

Qualquer frase pode ser adjungida a uma outra frase, e adjunção em inglês é assumida como não sendo linearizada, então uma adjunção pode geralmente aparecer em qualquer lado de uma frase (cf. ADGER, 2004, p. 112).

Entretanto, não está claro, na perspectiva adotada por Adger (2004), o porquê de o advérbio, sendo admitido como adjunto, inserir-se na sentença livremente, assim como prevê a definição de adjunto. A operação *Adjoin* não fornece um apoio concreto de análise, uma vez que podemos destacar o fato de alguns advérbios terem sua mobilidade restrita. Então, se essa operação não permite checar os traços dos adjuntos, ou seja, entram na derivação livremente, como então explicar o fato de alguns advérbios possuírem restrições quanto ao seu posicionamento? Como se verifica nos exemplos em (117) abaixo:

- (117) a) **Excessivamente* o Marcelo fala alto.
 b) *O Marcelo *excessivamente* fala alto.
 c) O Marcelo fala *excessivamente* alto.

Como podemos constatar, verificamos que tanto a operação *Adjoin* quanto a operação *Merge* devem ser repensadas em termos de oferecer um maior poder de explicação ao fenômeno lingüístico aqui abordado, tendo em vista que as restrições sintáticas, semânticas e até mesmo prosódicas dos advérbios fogem às propostas apresentadas por essas duas operações.

4.5 CONCLUSÃO

Procuramos, no decorrer desse capítulo, apresentar diversas propostas acerca do advérbio, tendo como objetivo principal elencar, de maneira aprofundada, os critérios que cada perspectiva adota como modelo de análise a ser seguido.

A primeira proposta aqui desenvolvida e discutida foi a de Jakendoff (1972), em que esse autor procura, de maneira exaustiva, classificar o advérbio segundo critérios sintáticos e semânticos.

Nas seções seguintes, contemplou-se a organização de algumas abordagens teóricas sobre o advérbio, discutindo, por essa razão, o seguinte questionamento: como os advérbios são licenciados na sentença? De acordo com o que foi discorrido nesse capítulo, apresentamos quatro tipos de licenciamento do advérbio.

O primeiro tipo adota o advérbio como núcleo, proposto por Jackendoff (1977) e Travis (1988). Para essa autora o advérbio deve ser concebido como uma categoria defectiva e que é autônoma theta-marcadora e está relacionada ao traço de um núcleo, não formando, por essa razão, uma projeção máxima.

Em seguida, discutimos a idéia que toma como base de análise o advérbio como Spec. A motivação para essa abordagem é baseada no chamado efeito de seqüência relativa dos advérbios (cf. CINQUE, 1995, 1999, entre outros). Propondo uma hierarquia funcional dos advérbios, Cinque (1999) admite que os advérbios devem ser licenciados como especificadores da categoria funcional a que pertencem. Laenzlinger (1998), por sua vez, propõe que o advérbio tem lugar definido em uma posição Spec-A', apresentando, assim, um enriquecimento da estrutura X-barra, com uma posição Spec-A (destinadas aos argumentos) e uma Spec-A' (destinada aos advérbios).

O terceiro viés de análise aborda o advérbio enquanto complemento (cf. McCONNELL-GINET, 1982; RIVERO, 1992, entre outros). Destacamos que, para o PB, esse tipo de análise não encontra respaldo empírico. Torna-se extremamente complicado utilizar alguma análise que tome o advérbio como parte integrada do predicado.

Por fim, apresentamos as propostas que adotam o advérbio como adjunto (cf. CHOMSKY, 1986, 1995, 1998, 1999, ADGER, 2004, entre outros). Essa visão de análise parece ser a menos problemática, para o PB. Entretanto, a adjunção por si só se configura como um problema (cf. CHOMSKY, 2004, SEDRINS, no prelo, entre outros). Não é pacífica na literatura gerativista a discussão sobre o critério que estabelece a inserção do adjunto em uma sentença. Para Adger (2004), o advérbio é inserido livremente através da operação *Adjoin*, e, como se observou, esse tipo de abordagem levanta alguns problemas.

CAPÍTULO 4

SOBRE AS CARACTERÍSTICAS MORFOSSINTÁTICAS DO ADVÉRBIO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

4.1 INTRODUÇÃO

A classe de palavras *advérbio* tem se configurado, durante o passar dos anos, mais especificamente na era pós-bloomfieldiana, como uma área que propicia muitas discussões e que, muitas vezes, não há consenso quanto à sua natureza, seja morfológica, semântica ou sintática, devido ao fato de ser justamente uma categoria extremamente heterogênea, tendo em vista que esse rótulo abarca diversas palavras com diferentes estruturas. Uma delas é o advérbio terminado em *-mente*, cuja configuração morfossintática será posta em discussão neste capítulo.

Para tanto, organizamo-lo da seguinte forma: construímos, na seção (4.2), um breve itinerário sobre o percurso desta classe de palavras, levando em consideração algumas contribuições pertinentes para o estudo dos advérbios.

Na seção (4.3), elencamos algumas definições oriundas de algumas GTs, com o propósito de por em discussão o problema da classificação e da definição dos advérbios. Entretanto, esse problema não é exclusivo das GTs, teorias como o Gerativismo têm buscado ao longo dos anos explicações e levantado questionamentos pertinentes sobre essa classe de palavras, como pudemos observar no capítulo 3.

A seção (4.4) procura discutir algumas análises sobre a estrutura interna dos advérbios em *-mente*, colocando em debate alguns questionamentos, a saber, como se configura esse tipo de advérbio? E quais são os mecanismos que regem sua estrutura? A partir disso,

arrolamos para a discussão o trabalho de Oliveira (1996). Por fim, na última seção, apresentamos a síntese deste capítulo e tecemos algumas considerações finais sobre essa classe de palavras.

4.2 A TRADIÇÃO GRAMATICAL E OS ADVÉRBIOS

4.2.1 O problema da definição

A significação que a GT faz em relação ao advérbio dá a impressão de uma certa uniformidade a ele. Como forma de elucidar essa afirmação, coletamos algumas definições:

- (1) “Advérbio é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial” (cf. BECHARA, 2004, p. 287);
- (2) “É toda palavra que pode modificar o verbo, o adjetivo e, até mesmo, o próprio advérbio” (cf. ALMEIDA 2001, p. 316);
- (3) “É o vocábulo determinativo do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio” (cf. SAID ALI, 1964, p. 183);
- (4) “São palavras que se juntam a verbos, para exprimir circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal, e a adjetivos, para intensificar uma qualidade” (cf. CUNHA, 1986, p. 499).

Para definir os advérbios, alguns manuais de gramática ainda se utilizam de três critérios: palavra invariável (morfológico), modificador do verbo, adjetivo e advérbio (sintático), palavras que exprimem circunstância (semântico). A partir daí, podemos perceber o grau de complexidade dessa categoria de palavras. Como forma de corroborar essa afirmação, Ian Roberts (comunicação pessoal) alerta que o advérbio se configura como um problema para as línguas humanas. Logicamente, que o problema a que esse lingüista se refere é de ordem puramente teórica, como poderemos verificar nas seções que seguem.

O problema da classificação também se evidencia pelo fato de não ter o advérbio uma definição clara e que abarque todas as possibilidades de ocorrências, prova disso é que até o próprio gramático tem dificuldades para classificar essa categoria (cf. BECHARA (2004, p. 290):

Constituindo o advérbio uma classe de palavras muito heterogênea, torna-se difícil atribuir-lhe uma classificação uniforme e coerente. Em geral, seu papel na oração se prende não apenas a um núcleo (verbo), mas se amplia na extensão em que se espalha o conteúdo manifestado no predicado. Isto lhe permite, em primeiro lugar, certa flexibilidade de posição não só no espaço em que se prolonga o predicado (com seu núcleo verbal), mas se estende aos domínios do sujeito, podendo antecederlo ou vir-lhe posposto. [...]

Por essa razão é que alguns autores, como Macambira (1970), procuram definir o advérbio sob os aspectos mórficos, sintáticos e semânticos, separadamente. Porém, não é só o caráter móbil do advérbio que prejudica sua classificação, mas também seu aspecto semântico. Assim, Mattoso Câmara (s/d) *apud* Bechara (2004) alega que “perturba a descrição e a demarcação classificatória a extrema mobilidade semântica e funcional que caracteriza os advérbios”. Por seu turno, Neves (2000) *apud* Lima & Sedrins (2002, p. 89) acrescenta ainda que:

Na prática, o gramático defronta-se com inúmeros exemplos em que aqueles critérios (morfológico e sintático) levam a classificações conflitantes; e às dificuldades da aplicação dos próprios critérios a gramática tradicional tem acrescentado as de um tratamento até certo ponto inconseqüente, decorrente em grande parte da tentativa de associar de maneira constante à palavra certas propriedades que se confirmam apenas para algumas de suas ocorrências.

Desse modo, observamos que ao classificar e distribuir os advérbios em quadros como *de modo, intensidade, dúvida* etc., a GT, de certa forma, deixa de abarcar outras possibilidades de um mesmo vocábulo exprimir diversas circunstâncias em contextos diferentes, ou até mesmo, apresentar uma função diferente, como é o caso da palavra *agora*, classificada pela gramática como advérbio de tempo, mas que é, em alguns contextos, conjunção coordenativa, por exemplo, em (5):

(5) Vou fazer a prova, *agora* não estudei.

Portanto, não seria fato inédito afirmar que os advérbios não encontram lugar pacífico nos manuais de gramática, bem como uma definição que contemple todas as possibilidades de ocorrência, talvez, pelo fato de se inserirem nesse rótulo diversas palavras que, em muitos casos, não o são¹.

Rochette (1991) *apud* Oliveira (1996, p. 44) corrobora a idéia de que os advérbios se caracterizam como uma categoria demasiadamente heterogênea:

Entre as diferentes categorias gramaticais, a do “Advérbio” é sem dúvida a que reúne sob uma mesma etiqueta o maior número de elementos dotados de características muito variadas. Contrariamente ao que a denominação “Advérbio” deveria deixar entender, é freqüente verem-se atribuídos a esta categoria não só a classe dos elementos que modificam o Verbo, mas também as dos Advérbios de oração, de tipo ilocutório, dos de grau etc.

¹ Conforme Oliveira (1996), Travis (1988), Macambira (1970), entre outros.

O problema chamado *Advérbio* percorre décadas, e não é só um fato de definição e classificação exclusivos das gramáticas tradicionais, teorias de relevante importância para o estudo das línguas naturais, especificamente o Gerativismo, têm buscado explicações e levantado questionamentos pertinentes sobre essa classe de palavras (ver cap. 3).

4.2.2 O problema da classificação

Nos últimos anos, a Teoria Gerativa tem se baseado cada vez mais na morfologia para explicar alguns fenômenos sintáticos (cf. POLLOCK, 1989, CHOMSKY, 1995, 1998, 1999, entre outros). O movimento de um constituinte ou até mesmo sua inserção em uma sentença depende da checagem de seus traços, ou seja, é preciso que o termo inserido ou movido tenha simetria morfológica com o constituinte a que ele se adjunge ou se move, caso contrário, a sentença corre o risco de colidir.²

Se considerarmos que o advérbio não possui características morfológicas tais como a flexão, por exemplo, como se resolveria o fato de ele transitar por uma sentença? Ou como poderia ser inserido em uma sentença se não possui, como já foi explicado, traços que possam ser checados com outros constituintes?

Como já vimos, o advérbio constitui um problema para a teoria lingüística desde seu início, fato que pode ser facilmente corroborado por Jackendoff (1972, p. 47) quando afirma que “Na literatura da gramática gerativa, talvez a menos estudada e mais difamada classe de palavras foi a do advérbio”.

² Em outras palavras, a sentença pode se tornar agramatical, o que nos termos da Teoria Gerativa significa que não é possível de ser produzida por uma língua natural.

Sem maiores detalhes e aprofundamentos, podemos afirmar que categorias como **verbo, adjetivo, preposição e substantivo**³ são bem mais fáceis de serem identificadas, ao passo que os advérbios não são. Uma razão para esse fato é que, na Teoria Gerativa (cf. CHOMSKY 1970, 1973), estabeleceram-se critérios para se diferenciar categorias lexicais⁴, por meio de uma combinação lógica de valores (+ e -) a dois traços distintivos fundamentais [N] e [V]. Uma vez combinados, teríamos o seguinte quadro:

(6)

| | | |
|------|----------|------------|
| | [+N] | [-N] |
| [-V] | nome | preposição |
| [+V] | adjetivo | verbo |

Podemos perceber que dessa combinação só resultam as quatro possibilidades acima descritas, não sendo reservado nenhum lugar para os advérbios, isto é, não há, nestes termos, traços categóricos que os definam. Uma fraqueza na postulação da existência de categoria dos advérbios foi a falta de uma marca morfológica que os pudesse identificar (cf. OLIVEIRA, 1996).

Seguindo, ainda, esse raciocínio, poderíamos afirmar que os advérbios também não encontram lugar definido no conjunto das categorias funcionais, embora haja autores que

³ Talvez a distinção entre substantivo e adjetivo seja também considerada uma dificuldade, uma vez que em muitos casos não se tem uma idéia clara sobre o que seja substantivo ou adjetivo numa frase. Entretanto, aprofundar mais essa questão ultrapassaria o objetivo principal deste trabalho, por essa razão aconselhamos a leitura de WIERZBICKA (1986).

⁴ Não nos preocuparemos em definir os termos técnicos oriundos da teoria gerativa, quando necessário remeteremos o leitor ao cap. 2 para maiores detalhes.

defendam a possibilidade de os advérbios serem gerados nesses domínios (cf. CINQUE, 2002 entre outros)⁵.

Por outro lado, podemos citar Varrão (1997) *apud* Rosa (2003), erudito latino, que define as classes com relação às categorias Caso e Tempo, como nos ilustra o quadro em (9), em que o advérbio é sistematicamente inserido⁶:

(7)

| | CASO | TEMPO |
|--|-------------|--------------|
| NOME (ou <i>appellandi</i> “que nomeia”) | + | - |
| VERBO (ou <i>dicendi</i> “que declara”) | - | + |
| PARTICÍPIO (ou <i>iungendi</i> “que une”) | + | + |
| ADVÉRBIO (ou <i>adminiculandi</i> “que apóia”) | - | - |

Como podemos perceber, o advérbio encontra, nessa perspectiva, um lugar definido, ou seja, é o elemento que, segundo ele, serve como apoio. Em outras palavras, podemos afirmar que é aquele cuja função é o de se juntar a outro elemento para lhe dar uma determinada significação.

Assim, temos plena convicção de que, pelo exposto acima, não é fato incoerente afirmar que os advérbios não têm ponto pacífico de discussão na literatura gerativista (cf. cap. 3).

Ao tratar de advérbios dentro do quadro atual da teoria chomskyana (cf. CHOMSKY, 1994, 1995, 1998, 2004), em que as operações da sintaxe são direcionadas, entre outras, pela

⁵ Por questões de espaço, não apresentaremos os argumentos levantados por Cinque para tal proposta. Por essa razão, sugerimos a leitura do texto em destaque.

⁶ Achamos melhor, por questões metodológicas, adaptarmos o esquema de Varrão ao quadro chomskiano supracitado.

operação *merge*, que é realizada a partir da necessidade de verificação de traços entre objetos sintáticos⁷, é preciso ter em mente duas questões básicas e que instigam efervescentes discussões (cf. OLIVEIRA, 1996; GONZAGA, 1997; COSTA, 1998; CINQUE, 1999 e outros), principalmente depois do advento do Programa Minimalista (cf. CHOMSKY, 1995), que são:

- (8) a) O advérbio é inserido pela operação *merge*?
 b) Ocorre o seu movimento durante a derivação?

Os questionamentos acima mencionados têm a ver com os traços que cada item lexical carrega em sua estrutura (e são dois: Lexicais, que são interpretações fonológicas e os que só se interpretam no nível intencional-conceitual⁸, que são os formais e substanciais). Assim, para que haja o movimento de um item é preciso que este mesmo item necessite checar seus traços, como já foi dito anteriormente. Mas, será que o advérbio possui esses traços de modo que obtenha permissão para se mover em uma sentença? Chomsky (1994) alega que “Os advérbios não parecem ter quaisquer propriedades morfológicas que requeiram movimento”, isto é, são categorias inflexíveis.

Por outro lado, se assumirmos com Chomsky tal afirmação, como, então, autores de relevante prestígio assumiriam uma postura aparentemente incoerente de apresentar os advérbios como uma subclasse dos adjetivos (cf. RADFORD, 1988, ADGER, 2004)⁹, classe caracterizada por apresentar uma morfologia flexível?

O que precisa ficar bem claro é que, para Chomsky, os advérbios não têm traços que precisam ser conferidos, ou seja, eles serão sempre imóveis, inserido pela operação *merge* e

⁷ Para maiores detalhes sobre essas questões teóricas, remetemo -lo a leitura do cap. 2.

⁸ Ver cap. 2.

⁹ Para uma abordagem em que se assume que os advérbios e as preposições pertencem à mesma classe ver Lemle (1982), Jackendoff (1972) entre outros.

nunca por movimento¹⁰. Em outras palavras, parece não haver motivação morfológica para o movimento do advérbio.

Algumas outras questões baseadas no aspecto morfossintático serão discutidas na próxima seção, em que colocaremos em debate a estrutura interna dos advérbios.

4.3 A ESTRUTURA INTERNA DOS ADVÉRBIOS

4.3.1 Advérbios verdadeiros *versus* Pseudo-advérbios

A discussão que ora se inicia tem por objetivo levantar algumas considerações acerca da estrutura interna do advérbio. Em outras palavras, busca apresentar as implicações que tal estrutura provoca no comportamento sintático dos advérbios.

Os lingüistas que procuram trabalhar com advérbios, em geral, detêm-se nos chamados *-ly* advérbios e que em português traduz-se por *-mente*. A partir disso, podemos supor que deve haver algo que diferencie os advérbios em *-mente* dos demais. E há. Oliveira (1996) propõe que os advérbios verdadeiros (advérbios propriamente ditos (cf. CHIERQUIA, 2003, p. 345), ou seja, aqueles terminados em *-mente*) devam ser separados daqueles que serão rotulados como pseudo-advérbios. Para tanto, ele convoca Travis (1988) para corroborar seus argumentos. Essa autora observa que os PPs (do inglês *Prepositional Phrase*) e outros pseudo-advérbios se comportam de maneira bem diferente dos AdvPs verdadeiros.

Travis (1988) afirma que enquanto praticam regras semânticas similares os PPs e AdvPs diferem quanto a sua distribuição. Os *adverbial* PPs, segundo ela, como outros elementos, são mais restritos em sua posição (ver JACKENDOFF, 1977), como os exemplos abaixo podem mostrar:

¹⁰ Em contrapartida, Ian Roberts (comunicação pessoal) alega que pode haver o movimento do advérbio e que ao mover-se o advérbio pode deixar em seu lugar um vestígio ou uma cópia.

(9) a) Bill dropped the bananas quickly/ with a crash.

“Bill derrubou as bananas *rapidamente/ com um estrondo*”.

b) Bill quickly/*with a crash dropped the bananas.

“Bill *rapidamente/ *com um estrondo* derrubou as bananas”.

(cf. JACKENDOFF, 1977, p. 73)

Por essa razão, admitimos que os advérbios verdadeiros, i. e., aqueles com terminação em *-mente* têm comportamento sintático diferente daqueles que não a têm, denominados aqui como pseudo-advérbio. Para corroborar esse fato, citamos Laenzlinger (1998), que admite haver uma assimetria no paradigma em (i), quando a frase contém um advérbio sem a terminação em *-mente*, como (ia), e quando há essa terminação, como (ib):

(i) a) *Jean a hier/ici lu le livre de Chomsky.

“O João *ontem/aqui* leu o livro de Chomsky”.

b) Jean a récemment lu le livre de Chomsky.

“O João *recentemente* leu o livro de Chomsky”.

(cf. LAENZLINGER, 1998, p. 49)

Podemos, então, argumentar para o fato de haver uma generalização em torno do aspecto morfológico do advérbio, e que tem implicações diretas em seu aspecto sintático. Ou seja, os advérbios verdadeiros (AV) têm comportamento sintático mais livre do que os

pseudo-advérbios (PA) nas línguas naturais¹¹. Assim, todas as palavras com terminação em *mente* seriam, de fato, AV, enquanto as outras palavras, cuja essência é próxima do AV, tanto semântica, quanto sintática, teriam outra classificação, que não compete a esse trabalho definir. Entretanto, torna-se uma questão interessante para futuros trabalhos.

Portanto, primeiramente, assumimos que todas as línguas naturais possuem AV, cuja estrutura é geralmente formada de um adjetivo¹² pela adição do sufixo *-ly* em inglês, *-a* ou *-os* em grego moderno, *-mente* em espanhol, *-ment* em francês, *-weise* em alemão, *-mente* em português (cf. ALEXIADOU, 1997, p. 198). Em segundo lugar, essa diferenciação morfológica incide de maneira direta no comportamento sintático dos advérbios.

Abaixo elencamos algumas línguas que possuem AV, todos os exemplos foram retirados de Cinque (1999):

- (10) Norueguês:
- a) Held**igvis** “felizmente”
 - b) Tydel**igvis** “evidentemente”
 - c) Sannsyn**ligvis** “provavelmente”
- (11) Sérvio-croata:
- a) Isk**eno** “francamente”
 - b) Ocigled**no** “evidentemente”
 - c) Inteligent**no** “inteligentemente”

¹¹ Doravante neste capítulo rotulamos AV os advérbios verdadeiros e PA os pseudo-advérbios. Entretanto, essa distinção não será permanente, haja vista que ao abordarmos o termo advérbio, já será implicado que se trata do AV.

¹² Essa afirmação será mais adiante contestada pela possibilidade de outros elementos e não apenas um adjetivo formar um AV, através do acréscimo do sufixo *-mente*.

- (12) Chinês:
- a) Xiara**n** “evidentemente”
 - b) Yiba**n** “geralmente”
 - c) Wanqua**n** “completamente”

- (13) Albanês:
- a) Singe**risht** “sinceramente”
 - b) Mje**risht** “infelizmente”
 - c) Tërë**sisht** “completamente”

- (14) Malagasy:
- a) Mateti**ka** “geralmente”
 - b) Tantera**ka** “completamente”

Em grego, por sua vez, há alguns casos em que o sufixo *-os* é diferente de *-a* no sentido de que os advérbios em *-a* têm leitura de modo, em (15a), enquanto os advérbios em *-os* têm leitura de advérbio sentencial, como em (15b):

- (15) a) Zi *ikonomika*.
 “Vive *economicamente*”
- b) *Ikonomikos*, den pame kala.
 Financeiramente NEG ir-1PL bem.
 “*Financeiramente* falando, nós não vamos bem”.

(cf. ALEXIADOU, 1997, p. 3)

Um argumento para a proposta de diferenciar os AVs dos demais elementos encontra-se em Costa (1998), no qual esse autor prefere usar a forma *frequently* (freqüentemente) ao invés de *often* (freqüentemente), apresentada por Pollock (1989) para explicar o movimento do verbo através do advérbio. Para Costa (1998, p. 49), os *-ly* advérbios, ou seja, os AVs permitem adjungir-se em outras categorias, como TP e VP em (i), mas o *often*, isto é, um PA, não o faz:

- (i) [AgrSP John ([TP frequently) [TP ([XP frequently) [XP [X' kisses [AgrOP Mary [AgrO' tv ([VP frequently) [VP t_{subj} t_v Marie](I)]]]](I)](I)]

Para uma configuração estrutural interna dos advérbios, Oliveira (1996, p. 55) propõe a seguinte estrutura:

- (16)
- | | | |
|-----------------|------|----------------|
| e | AdvP | |
| | i | |
| AP _k | | Adv' |
| [gênero g] | ∨ | ∅ |
| | Adv | t _k |
| | | [gênero g] |

Para ele, “as estruturas representadas mais ou menos se assemelham com o que ocorre dentro do predicado com Verbo e o Objeto. O Adjetivo no cômputo inicial vem como complemento de *mente* ou \emptyset que é núcleo do AdvP. O adjetivo move-se até o especificador de AdvP para conferir seus traços, exatamente como o objeto de um verbo para conferir o traço +D juntamente com a concordância de objeto” (cf. OLIVEIRA, 1996, p. 55).

O traço gênero deve ser conferido pelo fato de não ser qualquer adjetivo que pode receber o sufixo *-mente*, uma vez que adjetivos masculinos não admitem essa junção.

Algumas outras questões morfológicas que dizem respeito à estrutura interna dos advérbios serão discutidas na próxima seção.

4.3.2 Advérbios focalizadores no PB: uma análise sintático-semântica

4.3.2.1 Advérbios focalizadores e uma proposta de classificação

Como ficou demonstrado nas seções anteriores, os advérbios com terminação em *mente* (advérbios verdadeiros) possuem uma característica sintática que os outros tipos de advérbios¹³ não a possuem, uma vez que aqueles podem percorrer mais livremente uma sentença do que estes, conforme (17) e (18):

(17) Pseudo-advérbio

- a) **Bem* o João leu o livro.
- b) *O João *bem* leu o livro.
- c) O João leu *bem* o livro.
- d) O João leu o livro *bem*.

(18) Advérbios verdadeiros

- a) *Somente* o João leu o livro.
- b) O João *somente* leu o livro.
- c) O João leu *somente* o livro.
- d) O João leu o livro *somente*.

¹³ João Costa (comunicação pessoal) argumenta em favor de que a ocorrência do advérbio *somente* em (ii) não se apresenta de forma livre, mas sim possui escopos diferentes. Partindo então disso, nosso trabalho comungará da mesma idéia de Costa, que será exposta nas seções subseqüentes.

Observe-se que em (18) o advérbio *somente* possui maior deslocabilidade do que o advérbio *bem*, em (17), comprovando, dessa forma, nossas suposições acerca da distinção que deve haver entre esses dois grupos de advérbios.

Partindo, então, desse pressuposto, podemos focar nossas atenções agora diretamente para os advérbios focalizadores, cujo comportamento sintático consegue ainda ser mais flexível que outros tipos de advérbios já mencionados. Ilari (2002, p. 181) descreve os focalizadores como “uma classe de advérbios que se singularizam entre os demais por exercerem uma função de “focalização”, aplicando-se a adjetivos, numerais e outros advérbios, ou ainda a termos da oração [...] ou a uma oração em seu todo”.

Pudemos constatar no capítulo (3) que os advérbios são divididos tradicionalmente em: advérbios de IP e advérbios de VP (cf. JACKENDOFF, 1972). Essa classificação tem razão de ser, justamente, por observar-se que há, de um lado, advérbios que têm escopo predominantemente em projeções sintagmáticas, como os advérbios de IP, podendo por essa razão, estar em posição inicial, auxiliar ou final e, por outro lado, há advérbios cujo escopo é restringido a VP, isto é, ocorre predominantemente no domínio do sintagma verbal.

Laenzlinger (1998), por seu turno, propõe uma tipologia extremamente rica dos advérbios (ver 3.4.2.3.1). Entretanto, segundo ele, a classe dos advérbios focalizadores não são incluídos nessa tipologia. Os advérbios como marcadores restritivos e focalizadores, como em (i) e (ii), têm como escopo, por exemplo, um NP (cf. ia), um PP (cf. ib) ou um VP (cf. iia):

- (i) a) Pedro tinha lido *somente* o livro.
- b) O João correu *unicamente* com um pé.
- c) A Maria comeu *exatamente* dois bolos.
- d) Chegaram *aproximadamente* 500 pessoas.

- (ii) a) A Maria *somente* vestiu roupas vermelhas.
 b) O João gosta *principalmente* de mulheres inteligentes.
 c) O sabor da vitória tem gosto *absolutamente* doce.
 d) Ele *realmente* sabe tratar uma mulher.

Esses advérbios não são tratados por Laenzlinger (1998), uma vez que têm um escopo extremamente variado, como se observou. Em última instância, poderíamos afirmar que para se chegar a qualquer conclusão sobre os advérbios focalizadores, necessitaríamos levar em consideração outros domínios que não IP e VP somente.

Com base nisso, Gonzaga (1997, p 125) reorganiza o modelo proposto por Jackendoff (1972), que pretendia separar os advérbios, com relação ao PE, pelo seu comportamento sintático, levando em consideração os aspectos semânticos que cada um carrega (ver cap. 3). Segundo ela, uma das classes de advérbio acrescentada seria aquela que “se caracteriza por ocorrer de forma mais rígida contígua aos elementos que modifica¹⁴, tendo como função restringir o elemento modificado”

Esse tipo de advérbio, para ela, não impõe restrições de natureza categorial aos elementos que modificam¹⁵:

- (19) a) *Unicamente* o João comeu a maçã.
 b) O João *unicamente* comeu a maçã.
 c) O João comeu *unicamente* a maçã.

¹⁴ A rigidez na ocorrência que a autora se refere tem a ver com a restrição semântica do advérbio com relação ao elemento por ele modificado, e não em relação a sua mobilidade sintática.

¹⁵ Os exemplos aqui expostos são adaptações dos exemplos apresentados por Gonzaga (1997, p. 125).

Como verificado acima, torna-se possível afirmar que o advérbio pode modificar elementos como o sujeito (19a), o predicado (19b) ou o complemento do verbo (19c), concluindo-se assim que estes são *advérbios focalizadores*, o que, segundo Gonzaga (1997, p. 125), “são cegos quanto ao que modificam”. Tomando essa assunção de Gonzaga, afirmamos que não podemos comungar da mesma idéia, (cf. 20 e 21), uma vez que mesmo alguns advérbios focalizadores possuem restrições semânticas ao elemento modificado:

- (20) a) **Aproximadamente* o Adeilson correu 20 minutos.
 b) */?O Adeilson *aproximadamente* correu 20 minutos. (sem acento prosódico)
 c) O Adeilson correu *aproximadamente* 20 minutos.
 d) O Adeilson correu 20 minutos *aproximadamente*.
- (21) a) **Absolutamente* o Marcelo leu o livro de Chomsky.
 b) *O Marcelo *absolutamente* leu o livro de Chomsky.
 c) O Marcelo leu *absolutamente* o livro de Chomsky.
 d) O Marcelo leu o livro de Chomsky *absolutamente*.

Segundo os exemplos acima, notamos que em (20a) o advérbio *aproximadamente* não toma como escopo o sujeito da sentença, sugerindo assim que a assunção de que os advérbios focalizadores são cegos quanto ao que modificam é falha, como também nos mostram os exemplos em (21a) e (21b), em que o advérbio *absolutamente* seleciona o elemento modificado. Para se obter uma avaliação mais consistente sobre o teste de gramaticalidade das frases em (21), faremos então a permuta do advérbio *absolutamente* por *plenamente*, haja vista que estes dois possuem a mesma característica semântica, ou seja, indicam proporcionalidade:

- (22) a) **Plenamente* o Marcelo leu o livro de Chomsky.
 b) *O Marcelo *plenamente* leu o livro de Chomsky.
 c) O Marcelo leu *plenamente* o livro de Chomsky.
 d) O Marcelo leu o livro de Chomsky *plenamente*.

Com base no exposto acima, destacamos que tais advérbios só podem ocorrer se estiverem focalizando um elemento que possa ser passível de proporcionalidade, pois é essa restrição semântica que é lhe imposta, caso contrário verificamos a agramaticalidade das frases em (21a), (21b), (22a) e (22b). Podemos ainda, por essa razão, sublinhar o fato de o advérbio *aproximadamente* em (20) somente ocorrer em torno de um DP que indique característica semântica quantificadora.

A fim de corroborar nossas análises, faremos o teste da clivagem com o objetivo de constatar o fato de que os focalizadores acima exemplificados só podem ocorrer obrigatoriamente adjacente ao elemento que modificam, por restrições semânticas já mencionadas:

- (23) O Adeilson correu *aproximadamente* 20 minutos.
 a) Foi correr **aproximadamente** 20 minutos o que o Adeilson fez.
 b) *Foi correr 20 minutos o que o Adeilson fez **aproximadamente**.
 c) *Foi correr 20 minutos o que o Adeilson **aproximadamente** fez.
- (24) O Marcelo leu *plenamente* o livro de Chomsky.
 a) Foi ler **plenamente** o livro de Chomsky o que o Marcelo fez.
 b) *Foi ler o livro de Chomsky o que o Marcelo fez **plenamente**.
 c) *Foi ler o que o Marcelo fez **plenamente** o livro de Chomsky.

Segundo o que está acima apresentado, verificamos que o teste da clivagem nos oferece a garantia de que as nossas observações feitas acerca desse tipo de advérbio estão corretas. Embora seja ainda prematuro, parece estarmos nos direcionando para uma divisão entre os focalizadores, isso é, um grupo **A** em que estão inseridos advérbios do tipo *aproximadamente* (apresentam restrições semânticas ao elemento modificado), e um grupo **B** em que estão os advérbios do tipo *somente* (não apresentam qualquer restrição semântica).

Percebe-se, por essa razão, que os advérbios focalizadores, estejam eles inseridos no grupo A ou B, possuem uma característica que difere dos outros advérbios, que é a de modificar um elemento específico da oração, não sendo classificado previamente nem como advérbios de IP nem advérbios de VP, embora possa encaixar-se em qualquer dessas projeções.

Analisando esses dois grupos de advérbios focalizadores em contextos de co-ocorrência, verificamos que de fato o grupo A, em que está inserido o advérbio *aproximadamente*, precisa estar numa posição adjacente ao elemento que impõe restrições semânticas, de preferência à esquerda (cf. 25a), caso contrário obtemos a agramaticalidade (cf. 25b), ao contrário do que ocorre com *somente* (25a):

- (25) a) O casal vermelho beijou *aproximadamente* 50 vezes *somente*.
 b) *O casal vermelho beijou *somente* 50 vezes *aproximadamente*.
 c) *Somente* o casal vermelho beijou *aproximadamente* 50 vezes.
 d) **Aproximadamente* o casal vermelho beijou *somente* 50 vezes.

Aplicando o teste da clivagem, obtemos então os seguintes resultados abaixo:

- (26) O casal vermelho beijou *aproximadamente* 50 vezes *somente*
- a) Foi beijar **aproximadamente** 50 vezes o que o casal vermelho fez **somente**.
- b) *Foi beijar **somente** 50 vezes o que o casal vermelho fez **aproximadamente**.

Como era de se esperar, a frase em (26b) é agramatical uma vez que não é possível haver a separação do advérbio focalizador *aproximadamente* e o elemento modificado *50 vezes*. Assim, com base no exposto anteriormente discutido, podemos lançar mão da hipótese de que os advérbios focalizadores se subdividem em dois grandes grupos, já mencionados.

Por ora, torna-se pertinente elaborarmos um quadro em que estejam inseridos e distribuídos os dois grupos de focalizadores, de modo que obtenhamos o seguinte resultado abaixo:

(27)

| ADVÉRBIOS FOCALIZADORES | |
|--|---|
| <p>Característica Geral:</p> <p>Podem modificar qualquer elemento de qualquer natureza categorial em uma sentença.</p> | |
| GRUPO A | GRUPO B |
| <p>Características específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ? Possui restrições semânticas ao elemento por ele modificado; ? Não possui grande mobilidade na sentença; ? Deve estar sempre em posição de adjunção ao elemento modificado, formando, por essa razão, um complexo. | <p>Características específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ? Não possui restrições semânticas ao elemento por ele modificado; ? Possui grande mobilidade na sentença; ? Pode estar em posição de adjunção em qualquer nível de projeção (CP, IP ou VP) |
| <p>Exemplos:</p> <p><i>Aproximadamente;</i> <i>Plenamente;</i> <i>Absolutamente;</i> <i>Rigorosamente;</i> <i>Completamente;</i> <i>etc.</i></p> | <p>Exemplos:</p> <p><i>Somente;</i> <i>Exatamente;</i> <i>Principalmente;</i> <i>Realmente;</i> <i>Justamente;</i> <i>etc.</i></p> |

Alguns advérbios focalizadores, em situações em que ocorrem numa posição entre o DP sujeito e o verbo, só podem ter sua interpretação recuperada em contexto de pergunta/resposta, como nos mostram os exemplos em (28):

- (28) a) *A Manu *unicamente* leu a revista
- b) *O Pedro *exatamente* leu o livro de Chomsky.
- a') A Manu comprou ou leu a revista?

- A Manu *unicamente* leu a revista.

b') O Pedro vendeu ou leu o livro de Chomsky?

- O Pedro *exatamente* leu o livro de Chomsky.

Em algumas situações, os advérbios focalizadores não impõem restrições de co-ocorrência entre eles, o que nos leva a formular uma outra hipótese, ou seja, esse tipo de advérbio possui um domínio adjacente ao elemento que modifica, formando assim um complexo e que, por essa razão, não impede que outras cadeias sejam formadas ao longo da derivação e não compromete a gramaticalidade da sentença:

- (29) a) *Exatamente* o sargento *justamente* disse que iríamos *somente* invadir a cidade [*aproximadamente* três horas] antes de [*completamente* destruída].
- b) *Somente* o sargento *justamente* disse que iríamos invadir *exatamente* a cidade [*aproximadamente* três horas] antes de [*completamente* destruída].
- c) **Completamente* o sargento *aproximadamente* disse que iríamos invadir *exatamente* a cidade *justamente* três horas antes de *somente* destruída.

Com base nos exemplos acima, podemos corroborar nossas hipóteses na medida em que verificamos que (29a) e (29b) são gramaticais justamente pelo fato de os advérbios focalizadores do grupo A (ver 27) estarem em posições adjacentes aos seus correspondentes semânticos; caso contrário, a frase fracassa, como ilustra (29c).

Com relação às frases (29a) e (29b), podemos constatar ainda o fato de os advérbios *exatamente*, *justamente* e *somente* permitirem permuta entre eles, uma vez que é típica dessa classe de focalizadores tomar diversos escopos sem que para isso imponha restrições semânticas.

Em suma, o que pudemos verificar nesse capítulo é que os advérbios estão divididos em dois grandes blocos, a saber: Advérbios verdadeiros (com a terminação em *-mente*) e os Pseudo-advérbios (que não possuem a terminação em *-mente*). Partindo desse pressuposto, guiamos nossa análise para um estudo dos AVs, onde estão inseridos diversos tipos de advérbios, entre eles os FOCALIZADORES, cujo comportamento sintático-semântico nos apontou para uma subdivisão.

Verificou-se que, por questões de restrição semântica, os focalizadores devem ser divididos em dois grupos: o primeiro está formado por aqueles advérbios que devem ser gerados em posição de adjunção ao elemento, cujas características semânticas são congruentes; o outro grupo está, seguindo os termos de Gonzaga (1997), cego ao elemento modificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advérbio tornou-se, nas últimas décadas, um grande campo de investigação lingüística, proporcionando, para os pesquisadores dessa área, um importante diagnóstico para a análise de movimentos de outros elementos sintáticos em uma determinada sentença (cf. COSTA, 1998; TAVARES SILVA, 2004 e outros). Entretanto, o tratamento dispensado a essa classe de palavras, principalmente no Brasil, está muito aquém do esperado, uma vez que o advérbio é um elemento, cujas características sintáticas são demasiadamente heterogêneas.

Partindo disso, nosso trabalho buscou estudar o comportamento sintático dos advérbios focalizadores no PB, verificando a ordem que lhe é peculiar na sentença e, a partir disso, desenvolvemos um quadro em que estão inseridas as características básicas desse tipo de advérbio. É pertinente salientar, que os focalizadores são um grupo de advérbios diferenciado por tomar como escopo elementos que não são tradicionalmente reconhecidos como modificáveis por advérbios, por exemplo: DPs e PPs.

Tendo em vista que o presente trabalho possui uma revisão bibliográfica que demanda um conhecimento básico da teoria adotada, oferecemos no segundo capítulo uma apresentação da Teoria Gerativa (1982, 1986, 1995, 2004), para que o leitor pudesse recorrer sempre que assim fosse possível. Vale salientar, que nosso objeto de análise envolve questões complexas, muito além dos domínios sintáticos, incluindo assim aspectos morfológicos e semânticos. Por essa razão, arrolamos para discussão Jackendoff (1972), cuja proposta para a ordem sintática dos advérbios está embasada também por critérios semânticos.

O procedimento de análise do objeto de estudo inclui dados de introspecção, bem como testes de gramaticalidade com falantes nativos brasileiros, indicando, assim, que todos os julgamentos são de minha inteira responsabilidade.

Com o objetivo de situar o leitor acerca do fenômeno que envolve advérbios, iniciamos no terceiro capítulo uma revisão bibliográfica detalhada sobre as questões que norteiam as pesquisas nessa área. Uma delas faz alusão ao tipo de licenciamento do advérbio em uma determinada sentença, ou seja, é possível concebê-lo enquanto núcleo (cf. TRAVIS, 1988), *spec* (cf. CINQUE, 1999; ALEXIADOU, 1997 e outros), complemento (cf. RIVERO, 1992 e outros) e, por fim, adjunto (cf. CHOMSKY, 1986, 1995, 1998, 1999; COSTA, 1998, 2004, ERNST, 2004 e outros).

Este último critério de licenciamento parece ser o mais adequado para dar conta do estatuto sintático dos advérbios. Entretanto, é importante por em destaque que ainda há muito que se discutir sobre isso, tendo em vista que a adjunção por si só se configura como um problema para as pesquisas lingüísticas atualmente (cf. SEDRINS, em preparação). Porém, nosso trabalho assumiu que os advérbios focalizadores estão em posição de adjunção ao elemento que tomam como escopo.

O fator que contribuiu para que esta pesquisa tomasse os advérbios focalizadores como objeto de estudo, partiu do fato de Laenzlinger (1998) propor uma tipologia para os advérbios, estando, entretanto, os focalizadores excluídos. Demos, por essa razão, início a um estudo sobre o aspecto sintático-semântico desses elementos no PB.

Sendo assim, tecemos algumas considerações, no quarto capítulo, a acerca dos advérbios, tendo em vista que precisaríamos delimitar nosso objeto de estudo. Propôs-se, então, que deveríamos dividi-los em dois grupos: Advérbios Verdadeiros (AV) e Pseudo-Advérbios (PA), levando-se em considerações fatores morfossintáticos. A partir disso, partimos para a análise dos focalizadores incluídos no grupo dos advérbios verdadeiros, isto é, aqueles que possuem a terminação em *-mente*.

Embasados por critérios sintático-semânticos, subdividimos os focalizadores em dois grupos. Para tanto, levaram-se em conta duas hipóteses: os advérbios focalizadores devem ser

separados por restrições sintático-semânticas, como já foi dito; e alguns deles formam com o elemento a que se adjunge um complexo estrutural. Com sabe nisso, apresentamos um quadro que favorece ao leitor uma visualização detalhada dos critérios que fazem com que esta divisão tenha razão de ser.

Torna-se imperativo por em destaque que o estudo analítico sobre os advérbios focalizadores apresentado aqui não está de modo algum exaurido. Temos plena consciência de que muito ainda deve ser feito sobre essa classe de palavras. Um fato que corrobora essa afirmação é que muito pouco se tem feito no PB acerca dessa temática. Por essa razão, expomos nos *Próximos Passos* o que se pretende fazer em nosso trabalho de doutorado.

PRÓXIMOS PASSOS

No próximo trabalho, apresentaremos propostas de análises que tomam como foco o movimento das categorias. Partindo disso, levantaremos algumas indagações, entre elas:

- (1) Há movimento do advérbio na sentença? Apesar de o advérbio ser caracterizado por possuir extrema mobilidade na sentença, por que, então, não é permitido a ele, segundo alguns autores (cf. POLLOCK, 1989; BELLETTI, 1990; CINQUE, 1999, entre outros), movimentar-se na sentença?

É evidente que alguns advérbios são elementos que possuem a característica de flutuar sobre uma sentença. Porém, em termos teóricos, é difícil encontrar alguma proposta consistente que ofereça ao advérbio algum traço que o faça ter a possibilidade de, por essa razão, mover-se na sentença. Segundo Chomsky (1995), o movimento tem que ser motivado pela checagem de algum traço, e como ele mesmo afirma, o advérbio não têm traços a conferir.

Algumas propostas de análise em que o advérbio é caracterizado por mover-se serão amplamente discutidas (cf. OLIVEIRA, 1996; GONZAGA, 1997). Partindo disso, parece confuso afirmar que o advérbio tem, empiricamente, um caráter móbil e teoricamente ser concebido como um elemento fixo (cf. CINQUE, 1999). Por outro lado, podemos argumentar que tal caráter móbil dos advérbios seja explicitado em termos de adjunções licenciadas em diversos níveis de uma sentença.

Trataremos ainda sobre a ordem dos advérbios, tomando como objeto de análise o PB, tendo em vista que os advérbios são elementos que permitem variação *per excellence*. É bem sabido que eles são uma classe flexível com relação ao seu posicionamento na sentença (cf.

COSTA, 1998, p. 19). Laenzlinger (1998) acrescenta ainda que os advérbios apresentam comportamento posicional mais livre do que os argumentos verbais, sujeito e objeto.

Com base no exposto acima, como definir o lugar do advérbio na Teoria Gerativa? Uma vez que, segundo Stroik (1992), as gramáticas gerativas têm há muito tempo se preocupado com a posição dos advérbios na sentença. A fim de verificar a questão da ordem, buscaremos, neste capítulo, apresentar as diferentes abordagens sobre a ordem dos advérbios.

Segundo as orientações de Pollock (1989), as restrições no movimento do verbo são devidas a Teoria- ϕ (CHOMSKY, 1993), cuja função dos verbos é ϕ -marcar seus argumentos. Assumindo, então, que Agr $^{\circ}$ é opaco para os papéis- ϕ em Inglês¹, um verbo finito não pode mover-se através de Arg $^{\circ}$ até T $^{\circ}$, isto é, a posição mais alta do núcleo; ficando, por essa razão, em VP, o verbo finito segue um advérbio adjungido à V'. Os auxiliares *have* (ter) e *be* (ser/estar) não têm papéis- ϕ para conferir, por isso, eles estão aptos a se moverem ao núcleo de TP, precedendo o advérbio, como nos ilustra (2):

¹ Logicamente que já estamos, aqui, assumindo que o IP está dividido em TP e ArgP, nos termos de Pollock (1989), apresentando, por essa razão, a configuração em (i), em que TP c-comanda AgrP. Uma versão diferente para essa proposta é encontrada em Belletti (1990), em que, para o italiano, AgrP c-comanda TP, com base na ordem dos morfemas, seguindo a proposta de Baker (1988), como mostra (ii), *apud* Costa (1998):

- (i)
- ```

 TP
 3
 NP T'
 3
 T AgrP
 3
 AgrP'
 3
 Agr VP
 3
 V'
 3
 V NP

```
- (ii) ama-[<sub>T</sub> va]-[<sub>Agr</sub> mos]  
ama-IMPf-1PsPL

- (2) a) [TP John e [AgrP e [VP often kisses Mary]]]  
 b) [TP John has<sub>i</sub> [AgrP t<sub>i</sub> [VP often t<sub>i</sub> kissed Mary]]]

(cf. ENGELS, 2004, p. 27)

Ao contrário do inglês, em francês Agr<sup>o</sup> e T<sup>o</sup> são transparentes aos papéis-?, ou seja, o Critério-? pode ser satisfeito até mesmo se o verbo ocorrer em T<sup>o</sup>. Então, ambos os verbos e os auxiliares se movem até T<sup>o</sup>, precedendo, assim, o advérbio:

- (3) a) [TP Jean embrasse<sub>i</sub> [AgrP t<sub>i</sub> [VP souvent t<sub>i</sub> Marie]]]  
 b) [TP Jean a<sub>i</sub> [AgrP t<sub>i</sub> [VP souvent t<sub>i</sub> embrassé Marie]]]

(cf. ENGELS, 2004a, p. 27)

Com base no que foi mostrado acima, levantaremos uma outra indagação com relação ao posicionamento do advérbio, a saber:

- (4) Como deveria ser a abordagem adotada para dar conta da sintaxe do advérbio, tomando como base o PB, se assumirmos que o PB tem propriedades diferentes do inglês e do francês, sendo caracterizado como uma língua *semi-pro-drop* (cf. TAVARES SILVA, 2004), levando-se também em considerações as análises de movimento do sujeito (cf. BELLETI, 1990)?

No que se refere aos advérbios focalizadores, procuraremos definir quais são seus traços licenciadores, embasados, para tanto, pela análise feita acerca de sua configuração sintática nesse trabalho. Travis (1988) oferece o traço licenciador do núcleo, uma vez admitido que, para ela, o advérbio é concebido como núcleo. Assim, ela define os traços em

(5) para cada tipo de advérbio, ou seja, aqueles cujo escopo é o sintagma verbal, checa o traço (5a), se tiver escopo em IP, checa os traços em (5b) e se for um advérbio orientado para o falante, checa o traço em (5c):

- (5) a) V: V (manner).
- b) INFL: E(vent), AGR(eement).
- c) CP: Speaker (Illocutionary force).

Com base nisso, poderíamos afirmar que para se chegar a qualquer conclusão sobre os advérbios focalizadores, necessitaríamos levar em consideração outros domínios que não IP e VP somente. Partindo então dessa premissa, alguns questionamentos surgem e constituem-se como foco do próximo trabalho:

- (6) Quais são os mecanismos que licenciam esse tipo de advérbio em uma frase?  
Quais os traços que devemos adotar, sabendo, pois, que tais advérbios possuem não apenas IP e/ou VP como escopo?

Por essa razão, buscaremos apresentar algumas análises quanto ao comportamento sintático dos advérbios focalizadores e tentaremos propor os traços que os caracterizam. Para tanto, buscaremos embasar nossa análise colhendo dados do PB e de outras línguas, tomando como pressuposto teórico o trabalho de Ernst (1984).

## REFERÊNCIAS

- ADGER, D. *Core Syntax: a minimalist approach*. New York: Oxford University Press, 2004.
- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- ALEXIADOU, A. Adverb placement: a case study in antisymmetric syntax. *Linguistik Aktuell*, vol. 18, 1997.
- BAKER, M. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. The University of Chicago Press, Chicago, 1988a.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. rev. e amp. 14a reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BELLERT, I. On semantic and distributional properties of sentential adverbs. *Linguistic Inquiry*, 8, p. 337-351, 1977.
- BOBALJIK, J. D. Adverbs: the hierarchy paradox. *Glott International*, vol. 4.9/10, p. 27-28, 1999.
- BOWERS, J. The syntax of predication. *Linguistic Inquiry*, 24, p. 591-656, 1993.
- CÂMARA JR. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, (s/d).
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns. In: Henk van Riemsdijk (ed) (1999) *Clitics in the languages of Europe*. Berlin/New York, Mouton de Gruyter, p. 33-82, 1994.
- CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado: a ordem*. vol. 1. São Paulo: UNICAMP/FAPESP, 1996.
- CINQUE, G. Adverbs and the universal hierarchy of functional projections. GLOW abstract, 1995.

CINQUE, G. *Adverbs and Functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.

CINQUE, G. *Issues in adverbial syntax*. ms. University of Venice July, 2002.

COSTA, J. Adverb positioning and V-movement in English: some more evidence. *Studia Linguistica*, 50(1), 1996.

COSTA, J. On the behavior of adverbs in sentence-final context. *The Linguistic Review*. vol. 14, no 1, p. 43-68, 1997.

COSTA, J. *Word Order Variation: A Constraint-Based Approach*. Doctoral dissertation, HIL\Leiden University. 1998.

COSTA, J. A multifactorial approach to adverb placement: assumptions, facts, and problems. *Lingua* vol. 114, no. 6, p. 711-753, Elsevier, 2004.

COSTA, J.; GONÇALVES, A. Minimal projections: evidence from defective constructions in European Portuguese. Ms. 1999.

COSTA, J.; CASTRO, A. *Possessives and adverbs: weak forms as X<sup>0</sup>*. Paper presented at Linguistic Symposium on Romance Languages 32, Toronto, 2002.

CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. 11ed. Rio de Janeiro: FAE, p. 499, 1986.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Londrina, PR: EDUEL, 2003.

CHOMSKY, N. A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior, *Language*, 35, p. 26-58, 1959.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo, Coimbra, 1965.

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. In: Jacobs, R. A.; P. Rosenbaum (orgs.) *Readings in English Transformational Grammar*, Waltham, Massachusetts: Ginn and Company, 1970.

CHOMSKY, N. *Language and mind*. Edição ampliada, Harcourt Brace Jovanovich, New York, 1972.

CHOMSKY, N. Conditions on Transformations. In: Anderson, S. R. e P. Kiparsky (eds.) *A Festschrift for Morris Halle*, New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1973.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and binding*. MIT Press, Cambridge, MA, 1981.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London: Praeger Publishers, 1986.

CHOMSKY, N. Some notes on Economy of Derivation and Representation. In: Laka, I.; A. Mahajan (eds.), *MIT Working Papers in Linguistics*, 10, Departamento de Linguística e Filosofia, MIT, Cambridge, Massachusetts, 1989.

CHOMSKY, N. A minimalist program for Linguistic Theory. *MIT Occasional Working Papers* 1, 1993.

CHOMSKY, N. Bare Phrase Structure. *MIT Occasional Working Papers* 5, 1994.

CHOMSKY, N. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Tradução de Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1994.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. MIT Press, Cambridge Massachusetts, 1995.

CHOMSKY, N. *Minimalist Inquiries: the framework*. Ms. 1998.

CHOMSKY, N. Derivation by phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics* 8, 1999.

CHOMSKY, N. *O programa minimalista*. Tradução, apresentação e notas à tradução: Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.

CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: the framework. In: Martin, R.; Michaels D.; and Uriaguereka, J. (eds). *Step by step: essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*, 89-155. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2000.

CHOMSKY, N. Beyond Explanatory Adequacy. In: BELLETI, A. *Structures and Beyond*. New York: Oxford University Press, pp. 104-131, 2004.

CONLON, S. P.; EVENS, M. Can computers handle adverbs? *Actes de Colling-92, Nantes*, p. 23-28, Aug. 1992.

DIKKEN, M. den. De Kat(egorie) op Head-Spec binden: on adverbs, predication and movement to spec. Talk given at TIN-dag, Utrecht, 1995.

ENGELS, E. *Adverb placement: an optimality theoretic approach*. 2004a. PhD Dissertation, Universität Potsdam.

ERNST, T. *Towards an integrated theory of adverbs position in English*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club. 1984.

ERNST, T. Principle of adverbial distribution in the lower clause. *Lingua* vol. 114, no. 6, p. 755-777, Elsevier, 2004.

FARIAS, J. G. de. Sobre a natureza categorial das preposições *a*, *para* e *em* em contextos estruturais com verbos do tipo *ir* e *chegar*: item lexical ou funcional? In: Moura, D; FARIAS, J. G. de (Orgs). *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: Edufal, 2005.

GONZAGA, M. Aspectos da sintaxe do advérbio em português. 1997. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

GRIMSHAW, J. Extended projections. Bradeis University: unpublished manuscript, 1991.

GREENBAUM, S. *Studies in English adverbial usage*. London: Longman, 1969.

HAIDER, H. Pre- and postverbal adverbials in OV and VO. *Lingua* vol. 114, no. 6, p. 779-807, Elsevier, 2004.

ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado: a ordem*. vol. 1. São Paulo: UNICAMP/FAPESP, 1996.

ILARI, R. *Gramática do português falado: níveis de análise lingüística*. 4. ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: The MIT Press, 1972.

JACKENDOFF, R. *X-bar syntax: a study of phrase structure*. MIT Press, Cambridge, Mass, 1977.

JANG, Y. *The minimalist program: an introduction*. Ms. 2000.

KAYNE, R. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press. 1994.

KEYSER, S. J. Review of Sven Jacobson adverbial position in English. *Language*, 44, p. 357-374, 1968.

KIM, R. A minimalist account of the distribution of adverbs. *Studies in generative Grammar*, vol. 10, no. 1, p. 453-504, 2000.

LAENZLINGER, C. Principle for a formal account of adverbs syntax. *Genève Working Papers in Generative Linguistics*, p. 47-76. 1993.

LAENZLINGER, C. Comparative studies in word order variation: adverbs, pronouns, and clause structure in Romance and Germanic. *Linguistik Aktuell*, vol. 20, p. 37-122. 1998.

LARSON, R. K. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, 19, p. 335-392, 1988.

LARSON, R. K. Double object revisited: reply to Jackendoff. *Linguistic Inquiry* 21, p. 589-623, 1990.

LEMLE, M. *Análise sintática: teoria e ensino*. 1982. Dissertação (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, R. B. de.; SEDRINS, A. P. Algumas reflexões sobre o advérbio: classificação e uso. In: MOURA, M. D.; MORAIS, G. (orgs). *Ler e escrever: rumo à compreensão e à interação com o mundo*. Maceió: EDUFAL/FAPEAL, 2002.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfo-sintática do português*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1970.



McCONNEL-GINET, S. Adverbs and logical form: a linguistically realistic theory. *Language*, 58, p. 144-184, 1982.

MONTALVÃO, A. *Biblioteca de ciências exatas e humanas*. vol. 2. São Paulo: Nova Brasil, 1982.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, A. M. da Cunha. *Dos advérbios*. 1996. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - UNICAMP-SP.

POLLOCK, J. Y. Verb Movement, Universal Grammar and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, volume 20, número 3, verão, 1989.

QUIRK, R. S.; Greenbaum, G. Leech, J. S. *A grammar of contemporary English*. London: Longman, 1972.

RADFORD, A. *Transformational grammar: a first course*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

RADFORD, A. *Syntax: a minimalist introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RAPOSO, E. P. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

RIVERO, M. Adverb incorporation and the syntax of adverbs in modern greek. *Linguistics and Philosophy*, vol. 15, no. 3, p. 288-331, 1992.

ROBERTS, I. *The representation of implicit and dethematized subjects*. Doctoral Dissertation, USC, 1985.

ROCHETTE, A. The selectional properties of adverbs. 1990.

ROCHETTE, A. La Structure D'Arguments Et Lês Propiétés Distributionnelles Des Adverbes. *Revue Québécoise de Linguistique*, vol. 20, número 1, 1991.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ed. Brasília: Universidade de Brasília, p. 183-203, 1964.

SAMARA, S. *Fatores determinantes da distribuição do advérbio*. 1986. Dissertação (Doutorado em Lingüística) – PUC-SP.

SEDRINS, A. P. *Sobre a distinção adjunto/argumento de nome*. (em preparação)

SPORTICHE, D. Clitic construction. Unpublished ms., University of California at Los Angels, 1992.

STOWELL, T. A. *Origins of Phrase Structure*. Tese de Doutorado. MIT, 1981.

STROIK, T. Adverbs as V-sisters. *Linguistic Inquiry*, vol 21, p. 654-661, 1990.

STROIK, T. Adverbs and antecedent-contained deletions. *Linguistics*, vol. 30, p. 375-380, 1992.

SUZUKI, H. Toward an explanation of adverbs. *Tsukuba Review of English Studies*, vol. 14, p. 33-47, 1995

TRAVIS, L. The syntax of adverbs. *McGill Working Papers in Linguistics: Special Issue on Comparative Germanic Syntax*, pp. 280-310, 1988.

VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1967.

WIERZBICKA, A. What's in a noun? (or: How do nouns differ in meaning from adjectives?). *Studies in Language*. 2. 353-389, 1986.

VARRÃO, M.T. *On the Latin Language*. Books VIII-X an fragments. Transl. by Roland G. Kent. Cambridge, Mass; London: Harvard University Press, 1993, v2.

TAVARES SILVA, C. R. *A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu*. 2004. Dissertação (Doutorado em Lingüística) – UFAL.